

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026 – REGISTRO DE PREÇOS –	
Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto nº 11.462/2023, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014, LC 155/2016, Decreto Municipal Nº 090, 09 de fevereiro 2026 e demais legislações complementares.	
Tipo:	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO:	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento, sob demanda, de materiais permanentes diversos utensílios, cozinha industrial, hospitalares, de interesse do Complexo Administrativo da Prefeitura de Nova Olinda do Norte/AM, conforme especificações no termo de referência ou outro documento equivalente.
Processo:	Nº 291/2026 – SEMAF/PMNON
Órgão Gerenciador:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Órgão Participante:	ADMINISTRAÇÃO DIRETA
Sessão pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação. Não havendo expediente na data fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, salvo as disposições em contrário.	
Data:	03/06/2026
Hora:	09h00min
Local:	Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima, CEP.: 69230-000, Nova Olinda do Norte/AM.
Edital disponível a partir de:	22/05/2026 a 03/06/2026
Dias, horário e local para leitura ou obtenção deste edital:	
Dias:	Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente)
Horários:	De 08h:00min. às 13h:00min.
Local:	Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima, CEP.: 69230-000, Nova Olinda do Norte/AM., ou através do e-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com
Aviso de licitação publicado no site: https://transparenciamunicipalaam.org.br/p/nova-olinda-do-norte Portal Nacional de Contratações Públicas https://www.novaolindadonorte.am.gov.com.br https://www.portalcr2.com.br/ Dúvidas poderão ser informadas através do e-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com	

Edital aprovado pela
Procuradoria Geral do Município

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

I Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, por meio da Pregoeira e Comissão de Contratação, designados através do Decreto Municipal Nº 300/2026 e Decreto Municipal Nº 200/2023 – GP/PMNON, com Endereço: Prefeitura Municipal de Nova Olinda do Norte - (Setor: Comissão de Contratação) - Rua Triunfo Nº 711 – Nossa Senhora de Fátima – CEP: 69230-000 – Nova Olinda do Norte - Amazonas, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, alterado pela LC 147/2014, LC 155/2016, Decreto Municipal Nº 090, 09 de fevereiro 2026, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO E DA JUSTIFICATIVA

1.1. A presente contratação, instrumentalizada via Sistema de Registro de Preços (SRP), justifica-se pela necessidade imperativa de aparelhar, modernizar e garantir a manutenção contínua da infraestrutura do Complexo Administrativo da Prefeitura de Nova Olinda do Norte/AM, assegurando a prestação eficiente e ininterrupta dos serviços públicos por meio da aquisição de materiais permanentes diversos — tais como mobiliários e equipamentos hospitalares, de segurança e de cozinha industrial —, sendo a adoção do SRP a medida mais adequada e vantajosa, alinhada às diretrizes da Lei nº 14.133/2021 (especialmente em seu art. 82 e seguintes), pois permite o atendimento ágil de demandas futuras, eventuais e de quantitativo temporalmente incerto de forma fracionada, evitando o fracionamento ilegal de despesas, dispensando a formação e o custeio de estoques volumosos, e promovendo a otimização dos recursos do erário por meio da economia de escala, tudo em estrita observância aos princípios constitucionais da economicidade, do planejamento e da eficiência na Administração Pública, conforme especificações no termo de referência ou outro documento equivalente.

1.2. A descrição detalhada do objeto do presente certame está discriminada no **Anexo I (Termo de Referência)**, deste Instrumento Convocatório e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços;

1.3. O valor máximo orçado pela Administração foi obtido através de cestas de preços. O preço médio da Administração integra os presentes autos administrativo, na forma de mapa comparativo de preços.

2. DOS RECURSOS FINANCEIROS

2.1. Por se tratar de sistema de registro de preços, não há previsão de dotação orçamentária, por não gerar obrigação de contratação.

3. DOS BENEFÍCIOS AS EMPRESA ME/EPP



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



3.1. DECRETO Nº 090, 09 DE FEVEREIRO 2026. Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Nova Olinda do Norte-AM, o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP, Microempreendedores Individuais MEI, Agricultores Familiares, Produtores Rurais e Sociedades Cooperativas, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, em conformidade com os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e com os arts. 4º, 11, 25 e 26 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Parágrafo único. O tratamento favorecido de que trata o caput será aplicado observando-se, cumulativamente: I – a legislação federal e municipal vigente; II – a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Amazonas; III – a preservação da competitividade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, conforme previsto no art. 37, XXI, da Constituição Federal. Art.

3.2. Para os fins deste Decreto, e exclusivamente para fundamentar a adoção de medidas de incentivo ao desenvolvimento econômico local e regional, definem-se:

3.2.1 I – Âmbito Local: empresas ou empreendedores individuais com sede e atuação principal no território do Município de Nova Olinda do Norte-AM;

3.2.2. II – Âmbito Sub-regional: empresas ou empreendedores individuais com sede nos municípios de **Borba, Autazes, Itacoatiara, Careiro da Várzea e Manaus**, desde que: a) possuam estrutura logística que permita o fornecimento, entrega ou prestação do serviço em prazo igual ou inferior ao definido no edital; e b) apresentem comprovação de capacidade técnica e operacional para atendimento contínuo e ininterrupto, sempre que exigido pelo objeto da contratação.

3.3. A classificação de um fornecedor como pertencente ao âmbito local ou sub-regional não constitui, por si só, fator de exclusão de licitantes sediados em outras localidades, devendo sempre ser assegurada ampla competitividade. A delimitação geográfica prevista neste artigo deverá ser utilizada somente quando demonstrada, por meio de Estudo Técnico Preliminar – ETP, a existência de vantagem técnica, econômica, logística ou de segurança no abastecimento que justifique a adoção desta medida. As hipóteses em que poderá ser aplicada a prioridade de âmbito local ou sub-regional incluem, mas não se limitam a: I – aquisição de combustíveis para abastecimento de veículos e embarcações utilizadas em serviços essenciais; II – fornecimento de gêneros alimentícios perecíveis destinados à merenda escolar ou programas de assistência social; III – fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares de uso emergencial ou contínuo; IV – contratações cujo prazo de entrega seja fator determinante para a preservação da segurança alimentar, da saúde pública ou da prestação ininterrupta de serviços essenciais.

3.4. A utilização dos critérios de âmbito local ou sub regional deverá ser formalmente motivada no processo de contratação, contendo, no mínimo: I – descrição clara do objeto e da necessidade administrativa; II – justificativa técnica fundamentada no ETP e/ou Termo de Referência demonstrando: a) o ganho de eficiência e redução de custos logísticos; b) a mitigação de riscos de desabastecimento ou atraso; c) a vantagem para o interesse público decorrente da proximidade geográfica do fornecedor; III – análise de mercado demonstrando que a aplicação do critério não restringirá indevidamente a competição, contendo levantamento de potenciais fornecedores aptos a participar do certame; IV – referência expressa à base legal que ampara a medida, especialmente aos arts. 42 a 49 da LC 123/2006 e aos arts. 25 e 26 da Lei nº 14.133/2021.

3.5. Nas licitações realizadas pelo Município de Nova Olinda do Norte-AM, será assegurado, como critério de desempate, o denominado empate ficto, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, observando-se: I – até 10% (dez por cento) para as modalidades diversas do pregão; II – até 5% (cinco por cento) para a modalidade pregão, eletrônico ou presencial. Considera-se empate ficto a situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam superiores em até os percentuais previstos nos incisos I e II em relação à proposta mais bem classificada, desde que não beneficiada pela regra. Em caso de empate ficto, a microempresa ou



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo fixado pelo edital, sob pena de decair do direito ao benefício. Persistindo o empate ficto, a preferência será concedida, sucessivamente, às demais microempresas e empresas de pequeno porte remanescentes, na ordem de classificação, observados os mesmos percentuais e condições previstos neste artigo.

3.6. Nas licitações para aquisição de bens de natureza divisível, a Administração Municipal poderá estabelecer, nos termos do art. 48, inciso III, da LC nº 123/2006, cota reservada de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte. O fracionamento da cota será definido no Termo de Referência e no edital, considerando a viabilidade técnica e econômica, de modo a não inviabilizar a execução contratual nem prejudicar a competitividade. §2º É facultada à Administração a aplicação simultânea da cota reservada com o critério de empate ficto previsto no art. 4º deste Decreto, desde que respeitados os limites legais e a ampla competitividade. O edital deverá indicar, de forma expressa, a parcela do objeto reservada e as condições de participação, vedada a fixação de exigências que descaracterizem o enquadramento como ME ou EPP.

3.7. Nas licitações cujo valor estimado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por item ou lote, a disputa será restrita exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006. A licitação exclusiva de que trata o caput poderá ser dispensada quando: I – não houver pelo menos 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP no mercado local ou sub regional; II – o tratamento diferenciado não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; III – as especificidades do objeto exigirem fornecedor de maior porte ou com requisitos técnicos não atendidos pelas ME ou EPP existentes. A decisão pela não aplicação da exclusividade deverá ser devidamente justificada no processo de contratação, com base em pesquisa de mercado e análise de competitividade. Nas hipóteses de aplicação do disposto neste artigo, poderão ser cumulados outros benefícios previstos neste Decreto, desde que observadas as limitações e condições da legislação federal.

3.8. A participação de sociedades cooperativas nas licitações promovidas pelo Município de Nova Olinda do Norte-AM será admitida, nos termos do art. 16 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 12.690/2012, desde que atendidos os seguintes requisitos: I – comprovação de regular constituição e funcionamento, mediante apresentação de Estatuto Social registrado e ata de eleição da atual diretoria; II – apresentação de prova de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, nos mesmos moldes exigidos para as demais pessoas jurídicas; III – demonstração de que a atividade a ser contratada se enquadra no objeto social da cooperativa; IV – inexistência de subordinação jurídica entre os cooperados e a Administração Pública, vedada a caracterização de relação de emprego disfarçada; V – comprovação de que a execução do contrato se dará de forma coletiva e com repartição dos resultados entre os cooperados, nos termos da legislação específica.

3.9. Nas licitações destinadas à aquisição de bens manufaturados nacionais e serviços nacionais, poderá ser aplicada margem de preferência nacional, conforme previsto no art. 26 da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentado pelo Decreto Federal nº 11.890, de 27 de junho de 2024, ou outro que o substitua. §1º A margem de preferência nacional será aplicada observando-se: I – percentuais e listas de bens e serviços constantes de ato do Comitê Interministerial de Compras Públicas Sustentáveis CICS; II – comprovação, no processo administrativo, da adequação do objeto licitado àqueles previstos nas listas oficiais; III – inexistência de prejuízo à competitividade e à seleção da proposta mais vantajosa. §2º A adoção da margem de preferência deverá constar expressamente no edital e ser devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar.

3.10. O licitante deverá apresentar, cumulativamente: I – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, com endereço atualizado; II – comprovante de inscrição municipal ou documento equivalente que ateste o domicílio ou sede no território correspondente;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



III – declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da lei, de que mantém instalações físicas ou estrutura operacional no município ou na sub-região definidos neste Decreto, aptas a garantir a execução do objeto; IV – documentos que demonstrem a compatibilidade das atividades da empresa com o objeto licitado, podendo incluir notas fiscais emitidas, contratos anteriores, registros fotográficos ou outros meios idôneos. A Administração poderá realizar diligências para verificar a veracidade das informações prestadas, inclusive por meio de inspeção in loco. A falsidade das informações prestadas para obtenção do enquadramento como fornecedor local ou sub-regional sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Compete à Comissão Permanente de Licitação – CPL, ao Pregoeiro e à equipe de apoio, conforme o caso, bem como às unidades requisitantes, assegurar a correta aplicação das disposições deste Decreto, observando: I – inclusão, nos instrumentos convocatórios, de todas as condições e critérios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, na Lei Federal nº 14.133/2021 e neste Decreto; II – comprovação, no processo administrativo, da motivação técnica para a adoção de critérios de âmbito local ou sub regional, bem como da margem de preferência nacional; III – observância das regras de empate ficto, cotas reservadas e licitações exclusivas para ME/EPP; IV – realização de diligências para verificar a veracidade das informações prestadas pelos licitantes quanto ao enquadramento como fornecedor local ou sub-regional; V – remessa ao controle interno e ao controle externo das informações solicitadas, para fins de acompanhamento e fiscalização.

3.11. O órgão de controle interno municipal deverá: I – acompanhar a aplicação deste Decreto nos certames licitatórios e nas contratações diretas; II – elaborar relatórios anuais de avaliação do impacto econômico e operacional da aplicação do tratamento favorecido previsto neste Decreto; III – propor ajustes normativos sempre que necessário para aperfeiçoar a política pública de incentivo às micro e pequenas empresas, agricultores familiares e cooperativas. Art. 12 As disposições deste Decreto devem ser interpretadas de forma sistemática e harmônica com a legislação federal vigente, especialmente com a Lei Complementar nº 123/2006 e a Lei Federal nº 14.133/2021, prevalecendo estas em caso de conflito normativo. Parágrafo único. Eventual alteração da legislação federal aplicável implicará revisão e atualização deste Decreto, no que couber, para garantir sua compatibilidade e efetividade. Art. 13 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às licitações e contratações diretas cujos procedimentos sejam instaurados após sua vigência, ficando revogadas as disposições em contrário.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. Poderão participar deste Pregão, as empresas comerciais registradas na Junta Comercial que tenham ramo de atividade compatível com o objeto licitado e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas, constante deste Edital e seus Anexos.

4.2. O credenciamento de representante legal dar-se-á com a entrega no início da sessão dos documentos abaixo, em separado dos envelopes de documentação e Proposta de Preços:

4.2.1.1. **Juntamente ao termo ou ao instrumento de procuração, deverá ser apresentado o contrato ou estatuto social vigente da empresa.** No contrato deve figurar a identificação do sócio administrador (ou diretor) ou a cláusula de administração. O estatuto social deve vir acompanhado da ata de eleição do administrador.

4.2.1.2. **No caso de representação por sócio administrador ou diretor,** tal condição deverá ser demonstrada mediante a apresentação de documento de identificação, acompanhado do respectivo contrato ou estatuto social vigente nos mesmos termos da alínea anterior.

4.2.1.3. **No caso de representação por sócio que não possua poderes de administração, o mesmo deverá fazer-se representar por instrumento procuratório ou termo de credenciamento, nos termos das alíneas anteriores.**

4.2.1.4. Quando da apresentação de contrato ou estatuto social de empresa ou requerimento de empresário, **deverão os documentos estar devidamente autenticados por servidor ou por cartório competente.**

4.2.2. **Da Declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação, conforme modelo do Anexo III.**

4.2.3. **Da declaração de Elaboração Independente da Proposta**, conforme modelo do Anexo VII deste Edital, em atendimento à Instrução Normativa n. 02, de 16/09/2009, oriunda do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Anexo I da Portaria da Secretaria de Direito Econômico n. 51, de 03/07/2010 e à meta estabelecida pela Declaração de Brasília no 2º Encontro da Estratégia Nacional de Combate a Cartéis – Enacc.

4.2.4. **Da Declaração, obrigatória somente para a microempresa ou empresa de pequeno porte**, de que, sob as penas da lei, cumpre todos os requisitos da Lei Complementar n. 123/2006, inclusive quanto à qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando apta a usufruir o tratamento diferenciado, e, que não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no §4º do artigo 3º do mesmo dispositivo (**Anexo IV – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte**).

4.2.4.1. A falsidade de Declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.

4.2.4.2. A identificação da declaração perante todas as participantes só ocorrerá após o encerramento dos lances, de modo a não divulgar, antecipadamente, a qualificação da proponente.

4.2.5. **Da cópia do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, devidamente autenticada.**

4.2.6. Os licitantes deverão apresentar os **dois envelopes requisitados**: Envelope n. 01 - Proposta de preços e Envelope n. 02 - Documentos de habilitação.

4.3. **Ficam as empresas cientes de que somente participarão da fase de lances verbais aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do item anterior, de modo que o não credenciamento de representante legal na sessão pública, ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilitará a licitante, mas fará com que somente participem do certame com o preço constante no envelope da proposta, desde que assinada por pessoa legalmente habilitada, uma vez que inviabilizará a formulação de lances verbais e implicará no prejuízo à manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos a presente licitação para os quais seja exigida a presença de representante legal da empresa.**

4.4. Cada licitante credenciará apenas um representante legal que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, por todos os atos e efeitos previstos neste Edital, em nome da representada.

4.5. **Não poderão participar deste Pregão:**

Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC
Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima
E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com Nova Olinda do Norte/AM.

- a) Consórcios de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico;
- c) Empresas que combinarem entre si, visando frustrar a competitividade do processo;
- d) Empresas que, por qualquer motivo, estejam declaradas inidôneas perante a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, ou que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município;
- e) Empresas que estejam sob falência (ou recuperação judicial), concurso de credores, dissolução e liquidação, ou pessoa física em estado de insolvência civil;
- f) Direta ou indiretamente os impedidos pelo art. 14, incisos e parágrafos da Lei n. 14.133/2021.
- g) Empresa cujo objeto não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

4.5.1. A não observância das alíneas anteriores por parte da empresa ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4.5.2. Em atendimento a determinação do Tribunal de Contas da União, constante do Acórdão 2296 / 2012 – TCU / Plenário será realizada consulta ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)**, do Portal da Transparência (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis>), ao **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do CNJ** – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), **Cadastro do Tribunal de Contas da União – TCU** (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>) e, ainda, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar. Em caso positivo, o licitante será excluído do certame.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Apresentação na data, no horário e no local indicado no preâmbulo deste edital, dos 02 (dois) envelopes não transparentes, lacrados e separados, identificados como “PROPOSTA DE PREÇOS”, em 01 (uma) via, preferencialmente, e como “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”, em 01 (uma) via, conforme abaixo:

ENVELOPE N. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS	ENVELOPE N. 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026 Data e hora da abertura Razão Social e CNPJ Endereço completo da licitante - Uma Via -	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026 Data e hora da abertura Razão Social e CNPJ Endereço completo da licitante - Uma Via -

5.1.1. Não serão aceitos pelo (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, quaisquer envelopes ou documentos referentes à Proposta de Preços ou à Habilitação que sejam encaminhados por fax ou e-mail, para que não ocorra a quebra do sigilo da proposta, ou apresentados fora da data e hora estabelecidas neste Edital.

5.2. Na apresentação da **proposta de preços** deverão ser obedecidas as seguintes regras:

5.2.1. A Proposta de Preços deverá ser digitada em papel timbrado da empresa, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas.

Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC
Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima
E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com Nova Olinda do Norte/AM.

5.2.2. A Proposta de preços deverá estar assinada por pessoa legalmente habilitada para tal.

5.2.2.1. Caso a proposta tenha sido assinada por outro representante da licitante, diferente daquele credenciado, o representante credenciado deve apresentar a comprovação dos poderes do signatário da proposta.

5.2.3. A Proposta de preços das licitantes deverá estar de acordo com o modelo constante no **Anexo II (Modelo de Proposta de Preços)**, contendo, inclusive, todas as informações nele solicitadas, **sob pena de desclassificação**, salvo se as divergências ou falhas existentes puderem ser sanadas durante a própria sessão, a critério do pregoeiro, e desde que isso não altere substancialmente a proposta anteriormente formulada.

5.2.4. Deverão constar a indicação do **preço unitário e preço total do item ou lote**, expresso em moeda corrente nacional, **em algarismos e por extenso**, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência, devendo ser computado neste valor todos os tributos, tarifas e despesas de qualquer natureza incidentes sob o objeto a ser fornecido.

5.2.4.1. Quaisquer tributos, custos e despesas eventualmente omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços, sendo vedado alegar tal omissão em momento posterior à apresentação da proposta como justificativa para se eximir das obrigações assumidas e para reivindicar alteração no preço do objeto deste pregão.

5.2.5. Quando da elaboração das propostas de preços, deverá ser observado minuciosamente as especificações constantes no item 6 (Detalhamento do Objeto) do **Anexo I** (Termo de Referência), não sendo aceita oferta com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência, **sob pena de desclassificação**.

5.2.6. Deverá ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data da sua apresentação.

5.2.6.1. Se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 90 (noventa) dias, a contar da data da abertura da sessão pública, independentemente de qualquer outra manifestação.

5.2.7. A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

5.2.8. Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência de participação por parte do proponente.

5.2.9. A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

5.3. Além das disposições já citadas acima, também serão **desclassificadas** as propostas que:

5.3.1. Apresentarem preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, inclusive, de transporte.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



5.3.2. Não atendam às exigências do Edital e seus Anexos e sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

5.3.3. Com preços excessivos, assim considerados aqueles cujo valor seja superior ao estimado pela Administração Municipal.

5.3.4. Que apresentem preços manifestamente inexequíveis, em termos análogos ao do **art. 59, inciso III, da Lei nº 14.133/2021** e suas alterações posteriores, **salvo se a licitante conseguir comprovar, através de planilha de composição dos custos unitários, a viabilidade da proposta apresentada.**

5.3.4.1. Caso o pregoeiro tenha dúvidas acerca da exequibilidade da proposta, em razão dos preços estarem muito abaixo do orçado pela Administração, antes de promover a desclassificação da licitante, deverá suspender a licitação e assinalar prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para a licitante comprovar, através da apresentação de planilha de composição dos custos unitários, anexando, se for o caso, documentos fiscais probatórios (*ex: notas fiscais ou documento similar*), a viabilidade dos valores ofertados na proposta.

5.4. A proposta escrita, no que concerne ao objeto, condições de execução, prazo de validade da proposta, não será objeto de alteração. Apenas os preços cotados poderão ser revistos, para fins de oferta de lances.

I. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA

5.5. Os documentos de habilitação, adiante relacionados, poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Comissão de Contratação, ou, ainda, por publicação em órgão da imprensa oficial.

5.5.1. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo desse Edital e seus anexos, **o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.**

5.5.2. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.

5.5.3. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os que só podem ser emitidas em nome da matriz.

5.6. As licitantes para se **habilitarem** nesta licitação deverão apresentar os documentos abaixo, na disposição a seguir indicada:

5.6.1. Requerimento de Empresário, **no caso de empresa individual**, acompanhado da certidão simplificada atualizada, devidamente autenticado (a)s, nos termos da Instrução Normativa n. 55, de 06 de março de 1996 na Junta Comercial, relativo ao domicílio ou sede da licitante.

5.6.2. **No caso de sociedade empresária**, devidamente autenticado(s) nos mesmos termos da alínea anterior, o:

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social **e demais alterações**, inclusive a que estiver em vigor **ou**;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social, **juntamente com a certidão simplificada atualizada e última alteração contratual** **ou**;

c) A última alteração contratual consolidada e, caso existam, as demais alterações contratuais posteriores, acompanhada da certidão simplificada atualizada; **e**

d) No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.6.3. Inscrição do ato constitutivo, **no caso de sociedade simples**, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

5.6.4. Os documentos indicados nos itens acima deverão demonstrar, entre os objetivos sociais, a execução de atividades da mesma natureza ou compatível com o objeto deste Pregão, **sob pena de inabilitação**.

5.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.6.6. **Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ**, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

5.6.7. **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

5.6.8. **Prova de regularidade perante as Fazenda Federal**, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

5.6.9. **Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa;

5.6.10. **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Municipais ou Positiva com Efeito de Negativa;

5.6.11. **Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, conforme dispõe o artigo 27, alínea “a”, da Lei n. 8.036, de 11/05/90, e as alterações trazidas pela Lei n. 9.467, de 10/07/97.

5.6.12. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.6.13. As certidões e certificado deverão ter validade na data da abertura da sessão pública deste pregão presencial, com a ressalva do disposto no art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014 e LC 155/2016;

5.6.14. A aceitação de certidões emitidas via internet, em caso de dúvida quanto sua autenticidade, poderá ficar sujeita à confirmação de sua validade mediante simples consulta **“on line”** ao cadastro emissor respectivo pelo Pregoeiro, devendo emití-las e juntá-las aos autos;

5.6.15. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, devendo a mesma na data da licitação, apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente

alguma restrição, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014 e LC 155/2016;

III. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.6.16. As licitantes deverão apresentar 01 (um) ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, que cumpram os seguintes requisitos:

a) O(s) Atestado(s) deverá(ao) ser fornecido(s) por pessoa de direito público ou privado, em papel timbrado do emitente, comprovando anterior o fornecimento de bens ou prestação de serviços compatíveis ao objeto deste Edital e seus anexos. Quando o(s) atestado(s) for(em) emitido(s) por pessoa jurídica de direito privado, o mesmo deverá ter **firma reconhecida em cartório**;

b) O(s) Atestado(s) deverá(ao) comprovar a aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em **características, prazo e quantidade** com o objeto da licitação;

c) Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já executou pelo menos 10% das quantidades descritas na proposta de preços apresentada nesta licitação;

IV. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.6.17. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis (DRE – Demonstração do Resultado do Exercício ou outras) do último exercício social já exigível e apresentados na forma da Lei, estando **devidamente autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante**, conforme Instrução Normativa n. 55 de 06 de março de 1996, que comprove a boa situação financeira da empresa (Índice de Liquidez Positivo), acompanhado da ata de aprovação, devidamente arquivada no registro competente, na hipótese de sociedade anônima, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

5.6.18. Os índices de liquidez e solvência, cujos resultados deverão ser maior ou igual a 1 (um), serão calculados através das seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$ILS = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

5.6.19. Serão inabilitados os licitantes que apresentarem ILG ou ILS menor do que 1, e não comprovarem possuir valor de patrimônio líquido até 10% do valor de sua proposta de preço, nos termos do artigo 69, §§ 4º e 5º da Lei n. 14.133/21, cuja verificação poderá ser feita pelo(a) Pregoeiro(a), com base no balanço patrimonial do último exercício.

5.6.20. Serão considerados aceitos, na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis apresentados em uma das seguintes formas:

- a) Publicados em Diário Oficial;
- b) Publicados em Jornal;

c) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; e

d) Por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

5.6.21. A Proponente com menos de um ano de existência, deverá apresentar balanço de abertura, **devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante**, nos idênticos termos dispostos no item 4.6.15, juntamente com suas demonstrações contábeis envolvendo seus direitos, obrigações e patrimônio líquido relativos ao período de sua existência, avaliados através da obtenção de Índice de Solvência maior ou igual a um ($>$ ou $= 1$), conforme fórmula abaixo:

$$S = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

5.6.22. Os licitantes deverão apresentar a **Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial**, expedida pela distribuidora da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, **expedida até 30 (trinta) dias antes da sessão de abertura da licitação, sob pena de inabilitação**.

V. OUTROS DOCUMENTOS

5.6.23. Declaração da própria empresa licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, conforme Modelo do **Anexo VI**.

5.6.24. Declaração da própria empresa licitante de que não existem fatos que impeçam a participação no processo licitatório até a data de abertura do envelope de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, podendo ser utilizado o modelo do **Anexo VIII**.

5.6.25. Declaração expressa do licitante de que recebeu o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

5.6.26. Declaração de Veracidade dos Documentos, modelo do Anexo IX.

5.7. A licitante que apresentar o Certificado de Registro Cadastral do SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, dentro do prazo de validade, estará dispensada, mediante a averiguação através do Portal Comprasnet pelo pregoeiro(a), da apresentação dos documentos relativos à:

- a) Habilitação jurídica;
- b) Regularidade fiscal.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópias, devendo estar previamente **autenticados por cartório competente ou por servidor da Comissão de Contratação** (em ambos os casos, deverão ser autenticados, inclusive, os versos, caso haja conteúdo relevante).



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



6.1.1. Em se tratando de autenticação dos documentos pelo servidor, a mesma deverá ser realizada, preferencialmente até 2 (dois) dias úteis anterior à data marcada para a sessão de abertura, junto à Comissão de Contratação, não se responsabilizando essa última, pela autenticação de todos os documentos, caso não haja tempo hábil para tal realização. **É de inteira responsabilidade da licitante a conferência da autenticação efetuada pelo servidor da administração.**

6.2. Os documentos/certidões retirados da internet devem ser apresentados em original ou cópia, sem necessidade de autenticação, sujeitando-se à verificação de sua validade na internet no momento da sessão, nos seguintes endereços:

www.receita.fazenda.gov.br

www.sefaz.am.gov.br

www.pgfn.fazenda.gov.br

www.caixa.gov.br

www.dataprev.gov.br

www.comprasnet.gov.br

www.tst.jus.br

6.3. Caso a licitante pretenda efetuar a prestação ou o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento da empresa (matriz/filial) deverá apresentar, nos envelopes de proposta de preços, o CNPJ desse estabelecimento, observando que a habilitação será feita em relação ao estabelecimento indicado, exceto certidões que só podem ser emitidas em nome da matriz.

6.4. A Comissão vai considerar o prazo de **30 (trinta)** dias consecutivos para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o período de validade, exceto as certidões ou documentos expedidos pelas respectivas Juntas Comerciais.

6.5. *Não será habilitada a licitante que:*

- a) A documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos;
- b) Apresentar documentação com rasuras;
- c) Tiver sido multada por inadimplência e não tiver comprovado o pagamento da multa;
- d) Estiver elencada em pelo menos uma das situações previstas no item 3.5;

6.6. Caso a empresa vencedora tenha sede fora do Estado, deverá indicar um procurador ou representante no Município ou na capital do Estado.

6.7. **No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas formais que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante justificativa constante na Ata da Sessão Pública e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.**

7. DAS FASES DA SESSÃO PÚBLICA E PROCEDIMENTOS

7.1. PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1. Na data, na hora e no local estabelecidos no preâmbulo deste Edital será aberta a sessão pública pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial, seguido de recebimento dos credenciamentos, da declaração de cumprimento dos requisitos da proposta de preços e de habilitação, das demais declarações previstas nos subitens do item 3 e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação.

7.2. SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E LANCES VERBAIS

Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC
Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima
E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com Nova Olinda do Norte/AM.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



7.2.1. Terminada a fase de credenciamento, o(a) Pregoeiro(a) passará para a abertura dos envelopes de propostas de preços, verificando a conformidade das mesmas com as exigências estabelecidas neste Edital e classificando a(s) licitante(s) que apresentar(em) o(s) menor(es) preço(s) global.

7.2.1.1. Iniciada a abertura do primeiro envelope com Proposta de Preços, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.2.2. Em seguida, iniciar-se-á a etapa de apresentação de lances verbais, que deverão ser formulados de modo sucessivo, em valores distintos e decrescentes, considerando-se o valor unitário de cada item da proposta, por ser este o critério da licitação.

7.2.3. Poderão ofertar lances, as licitantes detentoras das propostas de preços classificados, até a proclamação do vencedor do objeto licitado.

7.2.4. O(a) Pregoeiro(a) convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais,

7.2.5. A partir do autor da proposta classificada com maior valor unitário e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.2.6. Os lances verbais apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, seja para mais ou para menos.

7.2.7. A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.2.8.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, que se iniciará após a fase de lances, apresentar uma última oferta, necessariamente inferior àquela apresentada pela primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão.

7.2.8.2. Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na condição prevista no subitem 6.2.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.2.8.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.2.7, será realizado o sorteio, para a identificação daquela que primeiro apresentará a oferta, só havendo, nesse caso, a possibilidade, após o sorteio, de uma microempresa ou empresa de pequeno porte de ofertar lances inferior à primeira colocada.

7.2.8.4. O Pregoeiro irá averiguar os documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, para a aplicação do procedimento previsto no subitem 6.2.8.

7.2.8.5. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 6.2.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originariamente vencedora do certame.

7.2.8.6. Quando houver apenas uma proposta escrita ou não forem formulados lances oralmente, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o representante do proponente para que verifique a possibilidade de obtenção de um melhor preço. O licitante vencedor, que não apresentar lances, não estará obrigado a diminuir seu valor caso este esteja dentro do valor orçado pela Administração.

7.2.8.7. Quando houver apenas uma proposta escrita e o valor apresentado pelo licitante estiver superior ao orçado pela Administração, o Pregoeiro, antes de desclassificar o licitante deve indagar se este possui lance de menor valor unitário ou global, a depender da licitação. Caso após 03 (três) lances, seu valor continue acima do orçado pela Administração, o Pregoeiro poderá, desde logo, informar o valor orçado pela Administração e verificar se o licitante tem interesse em igualar o valor estimado, situação em que, caso haja interesse, o objeto será adjudicado ao licitante. Caso não haja interesse, a licitação será dada como fracassada.

7.2.8.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as condições e exigências deste Edital – especialmente as contidas no item 4 e subitens deste Edital – e/ou consignarem preços inexequíveis ou excessivos para a Administração.

7.2.8.9. Serão considerados inexequíveis os preços que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos.

7.2.8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do parágrafo 2º do art. 59 da Lei 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, na forma disposta no item 4.3.4 e subitem 4.3.4.1.

7.2.8.11. Serão considerados excessivos os preços que sejam superiores ao preço global estimado pela Administração, conforme constante no mapa comparativo de preços que integram os autos.

7.3. TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1. Encerrada a fase de lances, o (a) Pregoeiro(a) procederá à abertura dos invólucros contendo os documentos de habilitação da(s) licitante(s) que apresentou(aram) a(s) melhor(es) propostas de preços ou lances verbais, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora para o item, sendo-lhe **adjudicado** o objeto, caso não haja interposição de recursos.

7.3.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, devendo a mesma na data da licitação, apresentar toda a documentação exigida no Edital, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações trazidas pela Lei Complementar 147/2014.

7.3.2.2. A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do termo de contrato ou retirada da ordem de serviço/autorização de compra, ou revogar a licitação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



7.3.3. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.4. RETIRADA DA SESSÃO

7.4.1. Qualquer licitante, através do seu representante legal presente, poderá solicitar a retirada da sessão, mediante o preenchimento obrigatório da declaração de retirada da sessão perante o(a) Pregoeiro(a).

7.4.2. Caso não assine ou não queira assinar a declaração, a mesma será preenchida pelo(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio e assinada/identificada por até três testemunhas (de preferência licitantes) presentes na sessão.

7.4.3. O licitante que se retirar da sessão pública, automaticamente será desclassificado.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO

8.1. As propostas de preços serão classificadas conforme o critério do **menor preço unitário ou global**, a depender do tipo de licitação, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerada vencedora a licitante que apresentar proposta/oferta lance, e ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e de seus Anexos.

8.1.1. Os preços ofertados serão considerados pelo valor expresso em moeda corrente nacional.

8.1.2. Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.

8.2. **No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas escritas, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.**

8.2.1. **A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas e as licitantes não quiserem ofertar lances verbais.**

8.3. Ocorrendo a suspensão da sessão, será lavrada *ata circunstanciada* narrando todos os fatos, ficando em poder da Equipe de Apoio e do(a) Pregoeiro(a), todos os envelopes, devidamente rubricados e vistos pelos membros da Equipe, Pregoeiro(a) e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que serão oficiadas às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.4. Serão desclassificadas as propostas de preços que apresentarem cotações contendo preços excessivos, simbólicos, de valor zero ou inexequíveis, na forma da legislação em vigor, ou ainda, que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes.

8.5. Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta de preços que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e em seus Anexos.

8.6. No julgamento dos documentos de habilitação, observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo inabilitadas as empresas que não atenderem tais previsões, bem como apresentarem documentação fora do prazo de validade.

8.7. No julgamento dos documentos de classificação (proposta de preços) observar-se-ão as previsões legais e editalícias, sendo desclassificadas as empresas que apresentarem documentação fora do prazo de validade, ou, por fim, deixarem de apresentar qualquer documento/requisitos ou informações da proposta de preços exigido neste Edital e seus Anexos.

8.8. Após o encerramento da sessão, todos os envelopes contendo as documentações ficarão em poder do(a) pregoeiro(a) e da equipe de apoio e só serão devolvidos após a publicação do extrato do contrato no Diário Eletrônico dos Municípios, ou instrumento que o substitua.

9. DOS RECURSOS

9.1. Os recursos somente serão recebidos após a Fase de Habilitação quando for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), momento em que, qualquer licitante, caso haja interesse, **deverá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer**, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos autos na sala da Comissão de Contratação.

9.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante, inclusive em função do não credenciamento ou da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito ao recurso em âmbito administrativo e consequente adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

9.3. Para efeito de interposição recursal e das contrarrazões, o limite máximo estabelecido será até às 12 horas do dia do vencimento do respectivo prazo, no protocolo geral da Prefeitura de Nova Olinda do Norte.

9.4. O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar ou não sua decisão, sendo, em todo caso, autorizado a solicitação prévia da manifestação do jurídico acerca das razões recursais, a fim de auxiliar no processo de tomada de decisão. Em quaisquer das duas hipóteses retratadas acima, o processo será remetido à autoridade superior do órgão a fim de ratificar ou não a decisão do Pregoeiro.

9.5. O Pregoeiro, após recebido o recurso, terá o prazo de até 03 (três) dias úteis, após o decurso do prazo para contrarrazões, para manifestar-se.

9.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6.1. Quando não interpuser as razões recursais dentro de prazo previsto, mesmo tendo a licitante manifestado imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão, será considerado como precluso o direito ao recurso.

9.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

9.8. Da sessão pública de realização do pregão (sessão de abertura ou de prosseguimento) será lavrada *ata circunstanciada*, assinada pelos representantes presentes, pelo(a) Pregoeiro(a), pela sua Equipe de Apoio e pelo(s) técnico(s) ou representante(s) da Secretaria Requisitante (caso tenham participado da sessão).

10. DA ADJUDICAÇÃO

10.1. O objeto da presente licitação será adjudicado à licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e em seus anexos, for declarada vencedora para o objeto licitado de acordo com os critérios de julgamento da(s) proposta(s), de documentação(ões) e de recurso(s), conforme itens 6.3.2 e 8.5.

10.2. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, **90 (noventa) dias**, a contar da sessão de abertura, e caso persista o interesse da Secretaria Requisitante, essa poderá solicitar prorrogação geral da referida validade, por igual período.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

11.1. Da ata de registro de preços:

11.1.1. Após a homologação do resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, que tem efeito de compromisso futuro de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

11.1.1.1. O licitante que, convocado para assinar a Ata, deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, na forma do art. 90 da Lei n. 14.133/2021, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente e neste edital.

11.1.1.2. O órgão gerenciador publicará na imprensa oficial o extrato da Ata, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto, em gênero, de forma sucinta e o local em que poderão ser obtidas informações detalhadas de todos os elementos da Ata.

11.1.2. Ao assinar a Ata de Registro de Preços e, eventualmente, o contrato, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços ou fornecer os objetos nela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta de preços apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital.

11.1.3. É facultado ao órgão gerenciador, quando o proponente vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da ata de registro de preços ou contrato, ou recusar-se a assiná-los ou a retirar a ordem de serviço, autorização de compra ou assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando o órgão contratante rescindir o contrato por inadimplência, **convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.**

11.1.4. A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a firmar as contratações que deles podem advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

11.1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, e podendo ser prorrogada por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.1.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja em nível federal, estadual ou municipal, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

11.1.6.1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, encaminhando o Termo de Adesão, com indicação da quantidade estimada para prévia consulta, necessitando de anuência do fornecedor.

11.1.6.2. A aceitação, pelo fornecedor, da contratação pretendida, estará condicionada a não gerar prejuízos aos compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços.

11.1.6.3. Deverão ser mantidas as mesmas condições do registro, salvo as renegociações promovidas pelo órgão gerenciador que se fizerem necessárias.

11.1.6.4. O órgão gerenciador não responde pelos atos da unidade não-participante.

11.1.7. As aquisições ou contratações adicionais provenientes de pedidos de órgãos ou entidades não participantes não poderão exceder a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços. A critério do órgão gerenciador o mesmo limite poderá ser utilizado para os pedidos provenientes dos órgãos ou entidades participantes, que ultrapassem os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

11.1.7.1. A Ata de Registro de Preços estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

11.1.7.2. No ato de assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração, a seu critério discricionário, em relação aos processos licitatórios destinados à realização de obras ou de serviços, poderá exigir dos licitantes vencedores a subcontratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com sede na municipalidade do órgão contratante, até o limite de 10% dos quantitativos adjudicados e homologados ao licitante que ofereceu a menor proposta de preços para cada item, visando fomentar o comércio e a economia local, nos termos dispostos no inciso II, §3º do art. 48 da LC 123/06, com as alterações trazidas pela LC 147/14.

11.1.7.3. Na hipótese retratada acima, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública poderão ser destinados diretamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte subcontratadas ou, caso a subcontratação ocorra por parte do licitante vencedor, exigir-se-á a comprovação do pagamento de até 10% dos quantitativos solicitados para as compras, através de recibo ou nota fiscal emitida pela empresa subcontratada.

11.1.8. Alterações na ata de registro de preços:

11.1.8.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 82 da Lei n. 14.133/2021.

11.1.8.2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto ao(s) fornecedor(es)/prestador(es).

11.1.8.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o fornecedor/prestador visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



c) Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando a igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação.

11.1.8.4. Quando o preço praticado no mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) Negociar os preços;
- b) Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- c) Convocar os licitantes detentores de registros adicionais de preços e, na recusa desses ou concomitantemente, os licitantes remanescentes do procedimento licitatório, visando igual oportunidade de negociação, observada a ordem de registro e classificação;
- d) Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item, ou do lote, ou de toda a Ata de Registro de Preços, conforme o caso, adotando as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

11.1.9. Os preços registrados poderão ser atualizados nas hipóteses e condições previstas na legislação pertinente, podendo o Edital estabelecer o procedimento a ser observado.

- e) Na ocorrência de fato imprevisível, poderá o fornecedor ou o prestador, a partir de informações devidamente comprovadas e justificadas, solicitar a atualização do preço registrado.
- f) Caso a Administração acate o pedido de atualização, o preço passa a vigorar a partir da data do deferimento, devendo, ainda, o órgão gerenciador providenciar, como condição de eficácia do ato, a publicação de novo preço no Diário Eletrônico dos Municípios.

11.1.10. O preço registrado pode vir a ser cancelado pelo órgão gerenciador quando:

- a) O beneficiário da Ata de Registro de Preço descumprir as exigências do Edital ou da Ata que deram origem ao registro de preços;
- b) Houver inexecução total ou parcial do compromisso, decorrente da Ata de Registro de Preços firmada;
- c) O beneficiário da Ata não retirar a respectiva ordem de serviços, autorização de compra ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- d) Os preços registrados apresentarem variações superiores aos praticados no mercado e o beneficiário da Ata se recusar a adequá-los na forma prevista no Edital;
- e) Caracterizar-se razões de interesse público, devidamente justificadas;
- f) Houver pedido do beneficiário da Ata, em decorrência do fato que venha comprometer a perfeita execução contratual, proveniente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

11.1.11. A comunicação do cancelamento do preço deve ser feita da seguinte forma:

- a) Aos órgãos participantes e não participantes por meio de publicação no Diário Eletrônico dos Municípios;
- b) Aos beneficiários da Ata, mediante o encaminhamento de correspondência, com Aviso de Recebimento (AR), juntando-se o comprovante dos autos que deram origem ao registro de preços.

11.1.12. Se, por motivo de força maior, a assinatura da Ata de Registro de Preços não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, de 90 (noventa) dias, a contar da data da sessão de abertura, sem a convocação, ficam as licitantes liberadas do compromisso assumido.

11.1.12.1. Caso persista o interesse da Secretaria Requisitante, essa poderá solicitar prorrogação geral da referida validade, por igual período.

11.2. ***Do contrato:***

11.2.1. Os órgãos participantes e unidades não participantes poderão, quando couber, substituir o instrumento de contrato por outros meios hábeis, tais como carta-contrato, nota e empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

11.2.2. O prazo de vigência da ata de registros de preços será de 12 (doze) meses, e podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.2.3. Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, sempre que solicitado, pelo órgão requisitante, o Órgão Gerenciador providenciará a indicação dos fornecedores/prestadores, a fim de que se efetue a contratação, obedecendo ao disposto na Lei 14.133/2021.

11.2.3.1. A licitante deverá fazer-se representar por profissional devidamente habilitado, inclusive autorizado a firmar em seu nome o referido contrato. A efetivação do contrato dar-se-á no recinto do órgão solicitante, participante ou não participante ou em local por ele indicado.

11.2.3.2. Não serão admitidos recursos, protestos, representações, ressalvas ou outra forma de discordância ou inconformismo a quaisquer tópicos do instrumento contratual que guardem absoluta conformidade com sua minuta, em expressão e substância.

11.2.3.3. O edital, a(s) proposta(s) vencedora(s), as necessárias publicações e as *atas circunstanciadas* farão parte integrante do contrato ou instrumento hábil que vier a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

11.2.4. A licitante vencedora deverá assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, em prazo a ser determinado pela Secretaria Requisitante, não podendo ser superior a 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da convocação.

11.2.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

11.2.6. Caso a vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assiná-lo ou a retirar a autorização de compra ou ordem de serviço no prazo e nas condições estabelecidas, ou ainda quando o órgão contratante rescindir o contrato por inadimplência, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas neste edital.

11.2.7. É admitida a prorrogação do Termo de Contrato oriundo da Ata de Registro de preços, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

11.2.8. No ato de assinatura do Termo de Contrato, a Administração, a seu critério discricionário, em relação aos processos licitatórios destinados à realização de obras ou de serviços, poderá exigir dos licitantes vencedores a subcontratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte com sede na municipalidade do órgão contratante, até o limite de 10% dos quantitativos adjudicados e homologados ao licitante que ofereceu a menor proposta de preços para cada item, visando fomentar o comércio e a

economia local, nos termos dispostos no inciso II, §3º do art. 48 da LC 123/06, com as alterações trazidas pela LC 147/14.

11.2.9. Na hipótese retratada acima, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública poderão ser destinados diretamente às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte subcontratadas ou, caso a subcontratação ocorra por parte do licitante vencedor, exigir-se-á a comprovação do pagamento de até 10% dos quantitativos solicitados para as compras, através de recibo ou nota fiscal emitida pela empresa subcontratada.

12.DA GARANTIA

12.1. Por ocasião da assinatura do Contrato, fica facultada ao ente contratante a exigência de que a(s) empresa(s) a ser(em) contratada(s) preste(m) garantia de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

13.DO RECEBIMENTO, DO FORNECIMENTO E DA ACEITAÇÃO

13.1. O objeto da presente licitação será prestado e recebido nos termos do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos fixados no **Anexo I**, observando-se a sua conformidade com as previsões deste Instrumento Convocatório.

12.1.1 A solicitação para o fornecimento dos itens descritos acima, respeitados seus quantitativos máximos registrados em ata, será feita de acordo com a necessidade da Administração Pública, através da emissão de autorização de compra ou ordem de serviço, sendo que, após seu recebimento, o contratado terá que fornecer os produtos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de aplicação da penalidade prevista em contrato, rescisão contratual e cancelamento do registro de preços.

13.2. Cada órgão ou entidade participante do Registro de Preços será responsável pela definição do local da execução do objeto deste Termo de Referência, conforme sua necessidade.

13.3. Eventual prorrogação do prazo para o fornecimento dos objetos, por motivo relevante, deve ser provada pela licitante vencedora, mediante requerimento, objetivando a apreciação e anuência da Secretaria Requisitante.

13.4. Caso a especificação do objeto ou do serviço não seja compatível com a constante deste Edital, a Secretaria Requisitante definirá um prazo para a troca dos mesmos ou reparação das inconformidades. Em caso da empresa continuar a apresentar objeto ou prestar serviço que não esteja em conformidade com as especificações previstas na Planilha de Especificação e Quantificação ou no Projeto Básico/Termo de Referência deste Edital, o fato será considerado como inexecução total, gerando rescisão da contratação com a consequente aplicação de multa(s) e das demais sanções cabíveis.

13.5. Na hipótese anterior, é facultado à Administração convocar a licitante classificada em segundo lugar para, se quiser, prestar o serviço ou fornecer o objeto pelo preço ofertado ou pelo preço negociado com a Administração, após a análise dos documentos de habilitação e a sua devida habilitação.

13.6. Os preços ofertados são fixos e irrevogáveis até o limite de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

14. DO PAGAMENTO



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



14.1. O pagamento será realizado de acordo com a emissão de Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente, e mediante comprovação de aprovação emitida nos termos do artigo 141 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.1. Nos documentos de cobrança, tais como notas fiscais, recibos e similares dos credores, deverá constar a identificação da agência e da conta corrente onde deverão ser efetuados os créditos devidos.

14.2. Quando for o caso, a licitante vencedora receberá em parcelas o valor contratado, conforme as entregas ou as prestações efetuadas.

14.3. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da data de apresentação do Requerimento, Nota Fiscal, Recibos (2 vias), Certidões Negativas atualizadas (Federal, estadual, municipal, fgts, e falência), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e DAM (Documento de Arrecadação do Município) da taxa de expediente devidamente pago, se for o caso.

14.4. Os documentos deverão ser atestados pelo órgão ou unidade de finanças do ente contratante, assim como pela Controladoria Geral do órgão, caso existente.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

15.1. Uma vez convocada pelo ente contratante de que se efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer na data marcada para assinar o termo de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital e nas legislações pertinentes.

15.2. Assinado o Termo de Contrato, **a licitante vencedora do certame obriga-se a:**

15.2.1. Proceder à prestação do serviço ou entrega do objeto no local previsto neste edital, dentro das condições, do preço licitado e no prazo previsto neste instrumento convocatório.

15.2.2. Prestar os serviços de acordo com as especificações, requisitos e condições constantes no termo de referência, providenciando a imediata troca ou a reparação daqueles em que forem constatados vícios ocultos, defeitos ou que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Edital e de seus anexos.

15.2.3. Encaminhar a Nota Fiscal/Fatura a fim de efetivação do pagamento devido.

15.2.4. Apresentar, junto com a Nota Fiscal ou documento equivalente, os documentos que comprovem a regularidade com a Seguridade Social (CND), o FGTS (CRF), a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e quitação de tributos e contribuições federais (juntamente com a Certidão Negativa quanto à Dívida Ativa da União – PGFN), estaduais e municipais.

15.2.5. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Secretaria Requisitante ou pelo ente público contratante, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

15.2.6. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços/entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências pertencentes ao ente contratante, através do(s) órgãos(s) envolvido(s) no presente procedimento licitatório.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



15.2.7. Não subcontratar totalmente o contrato, sendo certo que a subcontratação parcial, a depender de expressa anuência por escrito da Administração, não poderá ser superior a 20% (vinte por cento) do valor do contrato, na forma e nos termos nele expressos.

15.2.8. Cumprir fielmente as cláusulas contratuais e, sempre que solicitado pelo Órgão competente, deverá dirimir qualquer dúvida que vier a acontecer atinente a prestação dos serviços.

15.2.9. Observar toda legislação pertinente direta ou indiretamente aplicável ao objeto deste certame.

15.2.10. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade das obrigações a serem assumidas, **todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.**

15.2.11. Cumprir as demais especificações contidas no **Anexo I (Termo de Referência)** deste Edital.

15.2.12. A **CONTRATADA** se obriga a instruir a mão-de-obra quanto às necessidades de acatar as orientações da fiscalização da **CONTRATANTE**, inclusive, quando o caso, para o cumprimento de normas internas de segurança e medicina do trabalho.

15.2.13. A **CONTRATADA** se responsabiliza por todas as despesas decorrentes do objeto deste Termo de Referência, tais como salários, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, comerciais, seguros de acidentes, tributos, indenizações e outros benefícios exigidos em Convenção Coletiva de Trabalho e por outros que venham a ser criados ou exigidos pelo Governo.

15.2.14. São ônus da **CONTRATADA**, não podendo ser deduzidas de salários dos empregados destacados ou cobradas da **CONTRATANTE**, as despesas com aquisição de uniformes ou qualquer equipamento básico, necessário ou inerente à entrega dos materiais.

15.2.15. A **CONTRATADA** deverá fornecer sem ônus para a **CONTRATANTE**, todos os materiais necessários para a execução do objeto do contrato, de acordo com o constante no ANEXO I (Termo de Referência).

15.2.16. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força do fornecimento do objeto constante no Anexo I (Termo de Referência) qualquer relação de emprego entre a **CONTRATANTE** e os empregados da **CONTRATADA**.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Uma vez firmada a contratação, o órgão contratante, através da unidade requisitante, se obriga a:

16.1.1. Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 90 da Lei n. 14.133/2021, para a assinatura do contrato, da ordem de serviço, autorização de compra ou nota de empenho, a depender de cada caso.

16.1.2. Fornecer à empresa a ser contratada, bem como aos empregados responsáveis pela entrega dos produtos ou pela prestação de serviços, todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste certame.

16.1.3. Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



16.1.4. Proceder a mais ampla fiscalização sobre a fiel prestação de serviço ou entrega do objeto desta licitação, notificando por escrito à empresa a ser contratada, toda e qualquer irregularidade constatada no recebimento do objeto.

16.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, bem como atestar na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva prestação dos serviços, por meio de representante especialmente designado (Fiscal do Contrato).

16.1.6. Zelar, para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, avaliando a qualidade do serviço prestado ou objeto entregue, podendo rejeitá-los no todo ou em parte, observando para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

16.1.7. Permitir acesso aos funcionários da Contratada, desde que devidamente identificados, aos locais onde será executado o objeto deste Termo de Referência.

16.1.8. Comunicar, no ato da liquidação da despesa, aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização da União, dos Estados ou dos Municípios, as características e os valores pagos, segundo o disposto no art. 63 da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964.

16.1.9. Destinar local para guarda dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios.

16.1.10. Expedir, por escrito, ao Setor de Registro de Preços as advertências dirigidas à **CONTRATADA** que tiver seu preço registrado.

16.1.11. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** que tiver seu preço registrado, quaisquer irregularidades constatadas, solicitando providências para regularização das mesmas.

17. DA RESCISÃO

17.1. O contrato poderá ser rescindido por infringência a quaisquer das cláusulas ou condições, por mútuo acordo entre as partes, se o interesse público assim recomendar, ou nas situações e condições previstas no artigo 104 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das demais cominações editalícias e legais.

17.2. Poderá o órgão contratante, unilateralmente, rescindir o pactuado, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:

- a) *Ocorrendo fraude cometida pela contratada;*
- b) *Quando pela entrega ou prestação imperfeita e também ficar evidenciada a incapacidade técnica ou má-fé da contratada;*
- c) *Se ocorrer prestação de serviço ou entrega do objeto fora do prazo estipulado, de forma injustificada ou por incapacidade técnica, ou ainda, por má-fé da contratada;*
- d) *Se a contratada falir ou dissolver a sociedade;*
- e) *Pela superveniência de motivos de interesse público, devidamente justificados.*
- f) *Nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.*

17.3. O contrato poderá ser rescindido de forma amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência para a Contratante.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



17.4. Exceto em caso de rescisão por mútuo consentimento, não caberá à contratada nenhuma indenização, ficando estabelecido que, mesmo naquela hipótese, o órgão contratante apenas indenizará entregas já efetuadas ou serviços já prestados.

18. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

18.1. O(A) Pregoeiro(a) poderá:

18.1.1. Visando a maior competitividade, dar tolerância para o recebimento do credenciamento, da declaração e dos envelopes de proposta de preços e de habilitação, nunca superior a 15 (quinze) minutos a partir da hora marcada de início da sessão, sendo as demais licitantes retardatárias, limitadas apenas à participação como ouvintes.

a) A tolerância acima não impede o início do credenciamento junto às licitantes presentes;
b) Será considerada encerrada a tolerância acima, com o término do credenciamento de todas as licitantes presentes ou com o decurso do prazo de 15 (quinze) minutos, o que vier a ocorrer primeiro.

18.1.2. Nos casos em que a identificação dos envelopes de documentação e de proposta de preços apresentados esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, ou ainda, inversão dos conteúdos dos mesmos, o Pregoeiro poderá considerar como erro formal, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo nem provoque alteração substancial na proposta de preços apresentada.

18.1.3. Desconsiderar item(s), que por qualquer motivo (inclusive por pedido da Secretaria Requisitante) tiver(em) que ser retirado(s), mantendo a licitação em relação aos demais item(ns).

18.1.4. Desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo(s) documento(s), tanto na fase de análise das propostas de preços, como na de habilitação.

18.1.5. Solicitar ao representante legal do interessado a complementação das informações, quanto ao telefone ou fax, dados bancários, assinaturas, datas, rubricas, dados do representante legal, nos casos em que não tenham sido informados em sua proposta de preços.

18.1.6. Corrigir automaticamente qualquer erro de soma e/ou multiplicação que for detectado na apresentação da proposta de preços, assim como na falta do CNPJ e/ou endereço completo da licitante, preencher os dados através dos documentos apresentados dentro do respectivo envelope.

18.1.7. No caso de não indicação do prazo de entrega/execução na proposta de preços da licitante, considerar o prazo estabelecido no Edital.

18.1.8. Fixar o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar às licitantes quando decidir pela última rodada de lances, que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

18.1.9. A qualquer tempo, objetivando a otimização da etapa de lances verbais, estabelecer a cada rodada, valor mínimo entre os lances.

18.1.10. Durante a etapa de lances verbais, monitorar os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo, ou ainda, negociar diretamente com a licitante, para que seja obtido preço melhor.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



18.1.11. Sempre que julgar necessário, prosseguir a fase de lances verbais para a definição do segundo colocado, utilizando-se dos mesmos critérios aplicados para a definição do primeiro colocado.

18.1.12. Solicitar, em qualquer fase da licitação, a emissão parecer técnico e/ou jurídico, acerca da regularidade da documentação apresentada pelos licitantes, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao quadro do órgão contratante, contratadas exclusivamente para tal fim, visando orientar sua decisão.

18.1.13. Verificando a necessidade de maiores informações, no que for pertinente às propostas de preços, aos documentos apresentados e às condições de fornecimento, aplicar subsidiariamente o disposto no § 2º, do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, **podendo a qualquer momento realizar diligências.**

18.1.14. **Suspender a reunião quando julgar oportuno e conveniente**, comunicando os licitantes, na própria sessão, acerca da nova data de abertura do certame ou notificando-os futuramente, com o prazo mínimo de 5 (cinco) dias de antecedência da nova data de abertura da licitação, acerca da data de reabertura do certame.

18.1.15. Solicitar da(s) licitante(s) vencedora(s) a comprovação da exequibilidade de fornecimento ou da execução do objeto do certame, mediante a apresentação de documentação que demonstre de forma clara a viabilidade.

18.1.16. Encaminhar as cópias dos documentos junto com o relatório específico para a Secretaria Municipal de Administração e Finanças (SEMAF), visando à apuração dos fatos ocorridos durante o processo licitatório e aplicação das medidas cabíveis.

18.1.17. Atuar dentro das outras atribuições permitidas pela legislação vigente.

18.1.18. Havendo, após a fase de lances, inabilitação da primeira colocada, poderá retornar a referida fase a partir da segunda colocada, vinculando-se aos valores já ofertados entre a primeira e segunda licitantes classificadas, observando-se as regras pertinentes a lances verbais previstas no item 6.2.

18.1.19. Praticar todos os demais atos inerentes, previstos nos dispositivos legais aplicáveis à espécie.

18.2. Todas as considerações acima, quando averiguados ou quando pertinentes, serão devidamente registradas na *ata circunstanciada*, com gravação de áudio e vídeos, conforme preceitua o §2º do art. 17 da Lei 14.133/2021.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 Nos termos do artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, no caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções administrativas em relação à CONTRATADA, garantida a prévia defesa, serão:

- a) *Advertência por escrito;*
- b) *Multa de 2% (dois por cento) por dia de atraso ou por ocorrência, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, uma vez comunicada oficialmente;*



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



- c) *Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, no caso de inexecução do objeto contratado, recolhida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação oficial;*
- d) *Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar como órgão contratante, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, conforme subitem 18.2;*
- e) *Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.*

19.1.1. A aplicação da multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais cominações editalícias e legais; dando causa à rescisão, a empresa contratada, pagará à Órgão contratante além da multa, a apuração das perdas e danos.

19.1.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia (caso tenha sido exigida), além da perda desta, a empresa penalizada responderá pela sua diferença.

19.1.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “d” e “e” poderão ser aplicadas juntamente com as das alíneas “b” e “c”, garantida a prévia defesa.

19.1.4. No caso das alíneas “a” à “d”, ficará garantida a prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da intimação; e no caso da alínea “e”, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da intimação.

19.1.5. A declaração da inidoneidade será de competência exclusiva do gestor e ordenador de despesas do órgão, nos termos do art. 158 da Lei 14.133/2021;

19.1.6. As sanções previstas nas alíneas “d” e “e” poderão ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

- a) *Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;*
- b) *Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;*
- c) *Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.*

19.2. Ficarão impedidos de licitar e contratar com o ente público pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações editalícias e legais, a licitante que:

- a) *Deixar de entregar documentação exigida para o certame;*
- b) *Apresentar documentação falsa exigida para o certame;*
- c) *Praticar atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação, tais como a apresentação de credenciamento viciado, a retirada do representante legal antes da fase de lances e o conluio;*
- d) *Interpor recurso manifestamente protelatório;*
- e) *Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar ou não celebrar o contrato, de forma injustificada, ou ainda, não apresentar a situação regular no ato da assinatura do contrato;*
- f) *Ensejar retardamento na execução do certame;*
- g) *Não manter a proposta, injustificadamente;*
- h) *Falhar ou fraudar na execução do contrato;*
- i) *Comportar-se de modo inidôneo;*

- j) *Fizer declaração falsa;*
- k) *Cometer fraude fiscal.*

19.2.1. As penalidades supramencionadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF ou, em caso de impossibilidade, publicadas no Diário Eletrônico dos Municípios, juntamente com o descredenciamento da licitante por igual período.

19.3. A *desistência (formulada ou não)* por quaisquer das licitantes após a abertura das propostas e antes da remessa do processo ao gestor e ordenador de despesas do órgão para fins de homologação do resultado final do certame, sujeitar-lhes-á ao pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado (calculado a partir da multiplicação da quantidade estimada para o(s) item(ns) pelo(s) seu(s) valor(es) unitário(s) ofertado(s) na sua proposta de preços ou lançado(s), dependendo da fase em que se encontre, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a), garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações editalícias e legais.

19.3.1. Na mesma pena incorre a licitante vencedora, que após a *adjudicação* e com os autos processuais no Gabinete do gestor e ordenador de despesas do órgão, recusar-se a assinar o contrato ou não firmá-lo mesmo devidamente convocada, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Ordenador de Despesas, sem prejuízo das demais cominações editalícias e legais, sendo facultada a abertura do prazo para que a licitante regularize e cumpra as pendências, não prejudicando, assim, o objeto do certame e o interesse da Administração.

19.3.2. Na mesma pena incorre a licitante vencedora, que *não apresentar situação regular* no ato da assinatura do contrato, conforme art. 9º, inciso XXV, do Decreto n. 7.769/05, sem prejuízo das demais cominações editalícias e legais;

19.3.3. O valor mínimo da multa por desistência será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dependendo da fase em que se encontre.

19.3.4. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da comunicação oficial.

19.4. Do ato que aplicar a sanção administrativa prevista no item 18, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, exceto em caso da alínea “e” do subitem 18.1, quando o prazo será de 10 (dez) dias úteis a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão.

19.5. Se a licitante contratada não recolher ao ente público o valor da multa que porventura lhe for aplicado, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, será inscrita na Dívida Ativa do Município.

19.6. Caso algum ato praticado pela licitante seja enquadrado numa das previsões do art. 169 da Lei 14.133/2021, os autos processuais do certame serão encaminhados ao Ministério Público, nos termos do Inciso II, §3º do Art. 169 da Lei 14.133/2021 e seguintes do referido dispositivo legal, para a tomada de medidas cabíveis.

20. DAS CONDIÇÕES GERAIS

20.1. As empresas licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade dos documentos e propostas de preços apresentados durante a sessão de abertura, e das informações prestadas em qualquer época ou fase da licitação.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



20.2. A presente licitação poderá ser *revogada* por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou *anulada*, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificativa.

20.2.1. No caso acima, nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

20.3. Fica expressamente estipulado que não se estabelece por força da execução do objeto deste certame qualquer relação de emprego entre o órgão contratante e os empregados da Contratada.

20.4. A licitante poderá solicitar *esclarecimentos ou impugnar* este Edital, por escrito, até o 2º (segundo) dia útil anterior a data de sessão de abertura.

20.4.1. Para efeito de ingresso com pedidos de esclarecimento ou com impugnação, o limite máximo estabelecido será até às 14 horas do dia do vencimento do respectivo prazo, no guichê de atendimento da Comissão de Contratação.

20.4.2. O Pregoeiro manifestará sobre os *esclarecimentos* no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando se tratar de matérias relacionadas às especificações, a manifestação será auxiliada pela Assessoria Jurídica do órgão contratante.

20.4.3. O Pregoeiro manifestará sobre as *impugnações* no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quando se tratar de matérias relacionadas às especificações, a manifestação será auxiliada pela Assessoria Jurídica do órgão.

20.4.4. Em caso de eventual atraso na manifestação do Pregoeiro, a licitante interessada será devidamente oficiada, de forma justificada.

20.4.5. As manifestações em relação aos *esclarecimentos e impugnações* serão encaminhadas preferencialmente via email, ou através de AR, para conhecimento da sociedade em geral e das licitantes. **É de inteira responsabilidade das licitantes interessadas, participantes do certame (inclusive de quem entrou com o pedido de esclarecimento ou impugnação), o acesso ao seu email, fornecido na impugnação ou pedido de esclarecimento, para conhecimento das manifestações postadas pelo Pregoeiro (a).**

20.5. As demais informações, quando pertinentes e não impliquem na necessidade de fazer por escrito, poderão ser obtidas, de segunda a sexta-feira, das 7 às 13 horas, rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima, Nova Olinda do Norte, Amazonas, na sala da Comissão de Contratação.

20.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Modelo do termo de credenciamento;

Anexo III – Modelo da declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços;

Anexo IV – Modelo de Declaração de Qualificação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V – Modelo da proposta de preços;

Anexo VI – Modelo de declaração nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da CF/88;

Anexo VII – Modelo de declaração de elaboração Independente da Proposta;

Anexo VIII – Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos à Habilitação;

Anexo IX – Declaração de Veracidade dos Documentos;

Anexo X – Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo XI – Minuta do Termo de Anuência ao Sistema de Registro de Preços;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC




Anexo XII – Minuta de Termo de Contrato, aprovada pela Assessoria Jurídica do órgão (dispensável nos casos do art. 95 da Lei n. 14.133/2021).

21. DO FORO

21.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro desta Cidade, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Nova Olinda do Norte/AM, 06 de abril de 2026.


ARACI RODRIGUES DA CUNHA
Prefeita Municipal de Nova Olinda do Norte/PMNON

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES GERAIS:

OBJETIVO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa (s) especializada (s) no fornecimento, sob demanda, de materiais permanentes diversos utensílios, cozinha industrial, hospitalares, de interesse do Complexo Administrativo da Prefeitura de Nova Olinda do Norte/AM, conforme especificações no termo de referência ou outro documento equivalente.

Tal estudo consiste na primeira etapa do planejamento de uma contratação, de modo a assegurar a viabilidade e fundamentar o Termo de Referência, conforme previsto na Lei 14.133/2021, art. 18º, §1º.

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A necessidade que originou esta demanda está relacionada ao atendimento de diversas funções institucionais, visando garantir condições adequadas para o funcionamento eficiente e seguro das atividades administrativas, operacionais e assistenciais da organização. O atendimento dessas necessidades está diretamente vinculado ao interesse público, pois objetiva a promoção da eficiência, segurança, conforto, organização, saúde, bem-estar e lazer dos usuários dos espaços institucionais, além de contribuir para a continuidade dos serviços essenciais prestados à sociedade

Descrição Detalhada das Necessidades Encontradas

- Necessidade de mobiliário e organização: Garantir ambientes adequados para acomodação, armazenamento, organização de materiais, preservação de documentos, bens e utensílios, bem como oferecer conforto e suporte às equipes de trabalho e aos usuários dos espaços institucionais. Necessidade de equipamentos, utensílios e itens de cozinha industrial: Atender à demanda por preparo, armazenamento, manuseio e distribuição de alimentos, promovendo segurança alimentar e eficiência nos processos de alimentação coletiva, adequada às demandas de grupos diversos.
- Necessidade de itens hospitalares e de saúde: Suprir a demanda por acomodação adequada, organização dos ambientes, assistência à saúde, monitoramento de pacientes e apoio à execução de atividades relacionadas ao cuidado e bem-estar de usuários.
- Necessidade de itens de segurança e prevenção: Proporcionar ambientes seguros, com equipamentos para controle e combate a incêndios, prevenção de acidentes, além de dispositivos para garantia da segurança e integridade física das pessoas presentes nos espaços institucionais.
- Necessidade de itens recreativos e de apoio pedagógico: Favorecer o desenvolvimento de atividades de lazer, esporte, recreação e práticas educativas, promovendo a integração, bem-estar e desenvolvimento físico e social dos usuários.

II – DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO COM O PCA:

É imperativo destacar que a ausência de um Plano de Contratações Anual (PCA) no município de Nova Olinda do Norte decorre de limitações técnico-estruturais e da escassez de pessoal especializado que, até o presente momento, inviabilizaram a consolidação deste instrumento, embora sua faculdade esteja prevista no Artigo 12, VII, da Lei nº 14.133/2021. Diante dessa transição administrativa, o município busca suprir demandas essenciais por meio do Registro de Preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento, sob demanda, de materiais permanentes diversos — incluindo mobiliário, equipamentos hospitalares, itens de cozinha industrial, recreativos e de segurança — visando a estruturação e o pleno funcionamento do Complexo Administrativo da Prefeitura. Esta iniciativa fundamenta-se na necessidade de modernizar as unidades públicas e garantir que as secretarias municipais disponham de infraestrutura física adequada para a prestação de serviços com eficiência e dignidade à população, substituindo equipamentos obsoletos por itens que assegurem a continuidade das políticas públicas em todo o território de Nova Olinda do Norte/AM, estando a despesa devidamente alinhada ao planejamento estratégico e com previsão orçamentária para o exercício de 2026.

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Considerando a necessidade apresentada, oriunda do atendimento às funções institucionais de uma organização pública, torna-se fundamental elencar os requisitos necessários para assegurar eficiência, segurança, conforto, saúde, bem-estar e continuidade das atividades administrativas, operacionais e assistenciais. A seguir, são descritos de forma objetiva e clara os requisitos essenciais vinculados a cada categoria de demanda, observados os princípios da lei nº 14.133/2021 e buscando não restringir o caráter competitivo da futura licitação, em consonância com o interesse público.

Requisitos essenciais para atendimento das necessidades especificadas

Categoria	Requisitos Essenciais
Mobiliário e organização	Dimensões compatíveis com os ambientes de uso e adequadas à finalidade institucional. Material resistente, durável, de fácil higienização e seguro para uso institucional. Capacidade de suportar o volume de materiais, documentos e equipamentos necessários. Acabamento que evite acidentes e facilite a organização dos ambientes. Atendimento à legislação vigente sobre mobiliário aplicável a ambientes coletivos (ex: normas da ABNT).

Equipamentos e utensílios de cozinha industrial	<p>Materiais próprios para contato com alimentos e resistência a altas temperaturas.</p> <p>Capacidade e tamanho adequados ao volume de preparo coletivo de alimentos.</p> <p>Eficiência energética e facilidade de limpeza dos equipamentos.</p> <p>Atendimento à legislação sanitária e normas da vigilância sanitária (ex: RDC ANVISA nº 275/2002 e normas da ABNT, como NBR 8160 para utensílios de cozinha).</p>
Categoria	Requisitos Essenciais
	Presença de dispositivos de segurança em equipamentos que envolvem calor, eletricidade ou gás.
Itens hospitalares e de saúde	<p>Mobiliário, acessórios e equipamentos de fácil higienização e com superfícies lisas.</p> <p>Materiais atóxicos e adequados ao uso em ambientes de saúde.</p> <p>Capacidade de suportar o uso frequente e intensivo.</p> <p>Atendimento às Normas Técnicas ABNT e exigências da ANVISA (ex: Resolução RDC 665/2022 para produtos médicos e artigos hospitalares). Conformidade com requisitos de ergonomia para suporte ao usuário e ao trabalhador da saúde.</p>
Itens de segurança e prevenção	<p>Equipamentos certificados conforme normas técnicas e exigências do Corpo de Bombeiros local.</p> <p>Itens com laudos e selo do INMETRO quando aplicável.</p> <p>Conformidade com normas de segurança vigentes, como ABNT NBR 12962 para extintores de incêndio e Portaria INMETRO 206/2011.</p> <p>Facilidade de instalação e operação pelos usuários.</p> <p>Durabilidade e resistência de acordo com o ambiente de uso.</p>
Itens recreativos, esportivos e pedagógicos	<p>Materiais adequados à idade, não tóxicos e de fácil higienização.</p> <p>Revestimentos antiaderentes ou que minimizem o risco de acidentes.</p> <p>Conformidade com normas técnicas de segurança aplicáveis (ex: ABNT NBR 16071 para playgrounds e brinquedos infantis).</p> <p>Durabilidade e adequação ao uso coletivo intenso.</p>
Equipamentos de apoio operacional	<p>Robustez e capacidade adequada ao tipo e volume de material a ser transportado.</p> <p>Sistemas de rodízio que evitem danos ao piso e facilitem o deslocamento.</p> <p>Manuseio seguro e ergonomia adequada.</p> <p>Atendimento à Norma Regulamentadora NR-17 sobre ergonomia e normas ABNT aplicáveis.</p>

Normativos e Regulamentações Aplicáveis

Lei nº 14.133/2021: Rege o processo licitatório e contratação pública, especialmente art. 12,



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



inciso VII (sustentabilidade) e art. 18, § 1º, II (estudo técnico preliminar).

Normas Técnicas ABNT: Diversos itens deverão atender às normas técnicas de sua natureza (ex: mobiliário, equipamentos hospitalares, extintores, brinquedos).

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA): Resoluções sobre ambiente de saúde e manipulação de alimentos (ex: RDC 275/2002, RDC 665/2022).

INMETRO: Regulamentos para certificação de equipamentos de segurança e itens hospitalares.

Normas do Corpo de Bombeiros Estadual: Regulamentações sobre equipamentos de prevenção e combate a incêndio.

NR-17 (Ergonomia): Para equipamentos de apoio operacional e mobiliário destinado aos trabalhadores.

Práticas de Sustentabilidade Aplicáveis (Ambiental, Social e Econômica)

Sustentabilidade ambiental: Dar preferência a itens produzidos com materiais recicláveis, reciclados ou de manejo sustentável devidamente certificado. Considerar itens com baixo impacto ambiental no ciclo de vida, facilidade de desmontagem e reciclagem ao fim do uso, além de equipamentos e móveis de alta eficiência energética.

Sustentabilidade social: Priorizar itens que promovam acessibilidade (projetos universais conforme NBR 9050), ergonomia, respeito à diversidade e inclusão, além de fornecedores que adotem práticas laborais responsáveis e assegurem condições dignas de trabalho em suas cadeias produtivas.

Sustentabilidade econômica: Buscar soluções que promovam durabilidade, baixo custo de manutenção, menor consumo de energia/insumos e melhor relação custo-benefício em todo o ciclo de vida do item ou equipamento, contribuindo para o uso eficiente de recursos públicos.

Em resumo, os requisitos essenciais devem garantir a adequação funcional, segurança, saúde, conformidade legal, sustentabilidade e qualidade operacional dos ambientes e serviços prestados, sem impor exigências demasiadas que comprometam o caráter competitivo do processo e sempre alinhados com o interesse público e os princípios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

Requisitos Externos:

- a) Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que instituiu normas para licitações e contratos da administração pública;

IV – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDA DE DE MEDID A	QUANTID ADE
LOTE 01	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES		
1	ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS - Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi, Porta e laterais de vidro cristal de 3mm, 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: Comprimento 0,66 m, Profundidade: 0,40 m, Altura: 1,65 m.	UND	30
2	BALANÇA DIGITAL ADULTO -Até 200kg, Balança médica antropométrica digital, visor em policarbonato, plataforma em chapa de aço carbono, piso antiderrapante com tapete, régua antropométrica retrátil medindo até 2 metros com graduação de 0,5cm em 0,5 cm.	UND	30
3	KIT CAMA HOSPITALAR C/ CABECEIRA MÓVEL E COLCHÃO D28.	UND	50
4	SUPORTE PARA SORO Variável Standart com Rodizio.	UND	50
LOTE 02 – COLCHÕES E ITENS DE ALOJAMENTO			
1	CAMA DE SOLTEIRO DE MADEIRA - Medindo aproximadamente 94 - 98 cm de largura por 195 - 203 cm de comprimento. Estrutura Em Madeira De Lei Com Reforço Nos Estrados Com Acabamento Em Verniz	UND	30
2	COLCHÃO SOLTEIRO Espuma D33 Selada Antialérgico BF Colchões 78x188x14cm",UND,200	UND	200
3	COLCHONETE PARA CRECHE medindo 180cmx60cmx04cm.Colchonete Medindo 1,30M X 60Cm X 5Cm. Cor: Azul. Material: Napa. Ideal Para Escolas E Creches. Produzido Em Espuma D23, Forrado Em Napa E Com Tratamento Anti-Ácaro E Antialérgico. Fácil De higienizar	UND	200
4	COLCHONETE PARA ATLETAS medindo 100x50	UND	150
LOTE 03 MOBILIÁRIO INFANTIL E PEDAGÓGICO			
1	MESA PLÁSTICA, quadrada, infantil, medindo 50x50cm, material plástico, cor branca.	UND	120
2	SIRENE ESCOLAR- Sirene rotativa para relógiosde ponto- ESCOLA- 250Bivolt	UND	20
3	TATAME PEDAGÓGICO, INFANTIL EM EVA COM BORDÃO, superfície siliconada anti-derrapante, peça 50x50cm, espessura de 10 mm para absorção em caso de queda, 100% de memoria, kit com 10 peças.	KIT	60
LOTE 04 – UTENSÍLIOS DE COZINHA E PREPARO			
1	BACIA DE ALUMINIO - material aluminio capacidade 36l. 0,70X15,5.	UND	50



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



2	BACIAS EXTRA GRANDE 80 LITROS canelada, 66cm multibox.	UND	60
3	BACIAS GRANDES PLÁSTICAS 20Lts.	UND	50
4	CANECO 20X19 PARA CAFÉ ALUMINIO CRISTAL 2Lts.	UND	80
5	COLHER DE PAU, madeira, 30cm.	UND	60
6	COLHER DE PAU, madeira, 60cm.	UND	60
7	COLHER, colher para arroz, industrial, 50cm, em aço inox.	UND	40
8	CONJUNTO DE FACAS, conjunto de facas, em aço inox, 4 peças ultra corte.	CONJ	50
9	ESCORREDOR DE MACARRÃO, passador de massa, 2 lt, em aço inox.	UND	70
10	DISPENSER PORTA COPO AÇO INOX PARA COPO DESCARTÁVEL 50ml".	UND	40
11	ESMERIL, Pedra Amolar Afiar Faca Dupla Face Profissional 200x50mm.	UND	20
12	GARRAFA TÉRMICA, Aço inox Inquebrável com Alavanca 2,5 litros.	UND	60
13	GARFO GRANDE, Garfo Grande Em Aço Inox Churrasco / Cozinha 33cm".	UND	60
14	ESCORREDOR INDUSTRIAL, passador, escorredor macarrão, grande, em alumínio, nº 30.	UND	70
15	ESCUMADEIRA, Espumadeira Escumadeira Grande Industrial nº 13, restaurante.	UND	70



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



16	FORMA DE ALUMINIO, forma retangular, tamanho nº 6, com alumínio, comprimento 50cm, largura 34cm, altura 7cm.	UND	60
17	FUNIL DE PLASTICO, multiuso, 15cm.	UND	40
18	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL 20Lts EXTERNA PROFISSIONAL NIGRO.	UND	40
19	PENEIRA DE PLASTICO DE 26cm.	UND	60
LOTE 05 – EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL			
1	COIFA INDUSTRIAL Inox 200cm X 120cm 127/220v.	UND	35
2	EXAUSTOR INDUSTRIAL DE 200 mm.	UND	25
3	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 02 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	40
4	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 04 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	45
5	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 06 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	45
6	FORNO MICROONDAS, forno 20 lt, 110v.	UND	15
LOTE 06 – REFRIGERAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS			
1	CONSERVADOR HORIZONTAL ESMALTEC ECH500 437 Litros 2 Portas Branco 127V.	UND	30
2	FREEZER VERTICAL, Freezer Vertical 1 Porta 197L - 110V.	UND	15
3	PURIFICADOR / REFRIGERADOR DE ÁGUA.	UND	30
LOTE 07 – ORGANIZAÇÃO, LOGÍSTICA E APOIO			
1	CAIXA ORGANIZADORA BAIXO FLEX 20Lts	UND	120



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



2	CARRINHO DE ARMAZÉM: Com capacidade 180kg, próprio para transporte de carga pesada.	UND	20
LOTE 08 – SEGURANÇA E COMBATE A INCÊNDIO			
1	EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA 10L + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40
2	EXTINTOR 6KG ABC, 5 Anos + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40
3	EXTINTOR CLASSE K 6 L PARA COZINHA + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40
4	EXTINTOR GÁS CARBÔNICO (CO2) 6 KG – 5B + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40
LOTE 09 – EQUIPAMENTOS DIVERSOS E ESPECÍFICOS			
1	COLETE SALVA VIDAS CLASSE I – Cor: Laranja; Material: Poliéster; Modelo: Jaleco CL I SOLAS, fitas refletivas e apito amarrado ao colete e acondicionado em bolso próprio, além de dispositivo de iluminação conforme as normas. Flutuabilidade: 150N com redução de 5% após 24 horas em água doce. Atende pessoas adultas com mais de 1,55 m com peso entre 43 e 110 Kg e perímetro torácico até 1750mm. Tamanho: único"	UND	150

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

O custo estimado da contratação é de R\$ 1.714.899,45 (Um milhão setecentos e quatorze mil oitocentos e noventa e nove reais e quarenta e cinco centavos).

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



Descrição da Solução: Sistema de Registro de Preços Unificado

O sistema de registro de preços unificado consolida todas as demandas das diferentes categorias em um único processo licitatório, centralizado por um órgão gestor. Com isso, é possível homologar uma lista de fornecedores aptos a fornecer os itens necessários sob demanda, mediante condições previamente pactuadas em ata de registro de preços, com valores de referência atualizados periodicamente. A instituição passa a solicitar os itens conforme necessidade real, evitando estoques elevados, otimizando a execução orçamentária, facilitando adequações contratuais e flexibilizando o atendimento às demandas, inclusive as recorrentes ou sazonais.

Aderência às Necessidades Identificadas

Atendimento Abrangente e Integrado: O sistema permite atender, em um só procedimento, todas as categorias demandadas (mobiliário, utensílios de cozinha industrial, itens hospitalares e de saúde, equipamentos de segurança, recreativos e de apoio operacional), garantindo a compatibilidade com funções administrativas, operacionais, assistenciais, de segurança e de apoio ao bem-estar coletivo presentes na instituição.

Flexibilidade e Escalonamento: A aquisição pode ser feita de forma escalonada, de acordo com a demanda progressiva e real da organização, o que reduz riscos de desperdício e de recursos ociosos, adequando-se à dinâmica institucional.

Eficiência Operacional e Orçamentária: Proporciona melhor controle do orçamento, pois evita a necessidade de grandes compras antecipadas, possibilitando aquisições planejadas conforme a disponibilidade financeira e operacional.

Sustentabilidade e Conformidade Legal: Preserva todos os requisitos de sustentabilidade ambiental, social e econômica definidos no ETP, bem como os critérios técnicos, qualitativos, normativos e de acessibilidade, conforme legislação (Lei 14.133/2021, normas ABNT, regulamentos da ANVISA, INMETRO, NR 17, entre outros).

Gestão Centralizada e Otimizada: Concentra o processo licitatório em um órgão central, reduzindo a complexidade administrativa, padronizando procedimentos e facilitando o monitoramento dos contratos e da execução dos serviços.

Detalhamento do Atendimento às Necessidades Específicas

Categoria	Demandas Atendidas	Como a Solução Atende
Mobiliário e Organização	Acomodação, organização e armazenamento adequados, conforto e suporte ao trabalho	Permite aquisição de móveis específicos, duráveis e normatizados, sob medida para cada ambiente, conforme necessidade progressiva.
Equipamentos e Utensílios de Cozinha Industrial	Preparo, armazenamento e manuseio seguro de alimentos, atendendo à demanda coletiva	Garante itens adequados à legislação sanitária, eficiência nos processos de alimentação e controle de estoque.
Itens Hospitalares e de Saúde	Acomodação, monitoramento e cuidado de pacientes, ambiente salubre e seguro	Permite aquisição flexível de itens normatizados, evitando obsolescência e atendendo à constante demanda por material de saúde.
Itens de Segurança e Prevenção	Prevenção de acidentes, combate a incêndio, segurança física de ambientes	Centraliza a contratação de equipamentos com certificações, propiciando renovação regular conforme necessidade.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



Itens Recreativos, Esportivos e Pedagógicos	Lazer, práticas educativas, integração e desenvolvimento dos usuários	Viabiliza a compra programada de itens com critérios de segurança e adequação à faixa etária/uso coletivo.
Equipamentos de Apoio Operacional	Transporte e logística interna eficiente e segura	Facilita atualização de equipamentos robustos, conforme necessidade real de uso e adequação ergonômica.

Principais Vantagens da Solução Adotada

- **Consolidação de demandas:** Combina diversas necessidades em um único processo, facilitando o controle e o ajuste às demandas institucionais.
- **Adaptação contínua:** Permite incorporar novas demandas ao longo da vigência do registro, desde que alinhadas ao escopo pactuado, sem necessidade de novos processos licitatórios para cada demanda pontual.
- **Redução de custos administrativos:** Diminui o tempo e esforço de elaboração de múltiplos editais, fiscalização e gestão de vários contratos fragmentados.
- **Agilidade no atendimento:** Favorece pronta resposta a situações emergenciais ou variações nas necessidades da organização.

Motivação do interesse público: Garante a continuidade e qualidade dos serviços essenciais, promovendo a segurança, o conforto, a saúde, o lazer, a eficiência administrativa e o bem-estar geral, conforme esperado pela sociedade.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

Com base na análise das necessidades apresentadas para a contratação de Materiais Permanente Diversos pela Administração Pública, bem como considerando a legislação aplicável — em especial o inciso VIII do § 1º do artigo 18 da Lei nº 14.133/2021 e o inciso IV do artigo 7 da Instrução Normativa nº 40/2020 —, é possível avaliar a viabilidade do parcelamento do objeto licitado.

IX – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Sim, a contratação é viável, pois foi conduzida uma análise criteriosa dos requisitos técnicos, soluções disponíveis no mercado e estimativas de custos. A solução identificada atende plenamente às necessidades operacionais e estratégicas, garantindo alta disponibilidade dos serviços essenciais. Além disso, a previsão orçamentária confirma a compatibilidade financeira da contratação, assegurando transparência e eficiência no processo de aquisição.

Nova Olinda do Norte/AM, 27 de janeiro de 2026.

Respeitosamente,

Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC
Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima
E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com Nova Olinda do Norte/AM.

MÔNICA JOENIA RODRIGUES DOS SANTOS
Coordenadora de Planejamento
Decreto Municipal Nº 301 – 2026-GPMNON



P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
POR NOSSA TERRA, POR NOSSA GENTE!

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) ESPECIALIZADA (S) NO FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE MATERIAIS PERMANENTES DIVERSOS UTENSÍLIOS, COZINHA INDUSTRIAL, HOSPITALARES, DE INTERESSE DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DA PREFEITURA DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM, conforme especificações no termo de referência ou outro documento equivalente, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Desejando participar do **Pregão Presencial N° 006/2026**, apresentamos a seguinte proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA/ PROCEDÊNCIA	VALOR UNITÁRIO	VALOR UNITÁRIO (POR EXTENSO)	VALOR GLOBAL	VALOR GLOBAL (POR EXTENSO)
LOTE 01	MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES							
1	ARMÁRIO VITRINE 2 PORTAS - Porta com fechadura cilíndrica fundo e teto em chapa de aço em pintura epóxi, Porta e laterais de vidro cristal de 3mm, 4 prateleiras. Dimensões externas aproximadas: Comprimento 0,66 m, Profundidade: 0,40 m, Altura: 1,65 m.	UND	30					



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



2	BALANÇA DIGITAL ADULTO -Até 200kg,Balança médica antropométrica digital, visor em policarbonato, plataforma em chapa de aço carbono, piso antiderrapante com tapete, régua antropométrica retrátil medindo até 2 metros com graduação de 0,5cm em 0,5 cm.	UND	30					
3	KIT CAMA HOSPITALAR C/ CABECEIRA MÓVEL E COLCHÃO D28.	UND	50					
4	SUPORTE PARA SORO Variável Standart com Rodizio.	UND	50					
LOTE 02 – COLCHÕES E ITENS DE ALOJAMENTO								
1	CAMA DE SOLTEIRO DE MADEIRA - Medindo aproximadamente 94 - 98 cm de largura por 195 - 203 cm de comprimento. Estrutura Em Madeira De Lei Com Reforço Nos Estrados Com Acabamento Em Verniz	UND	30					
2	COLCHÃO SOLTEIRO Espuma D33 Selada Antialérgico BF Colchões 78x188x14cm",UND,200	UND	200					



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



3	COLCHONETE PARA CRECHE medindo 180cmx60cmx04cm.Colchonete Medindo 1,30M X 60Cm X 5Cm. Cor: Azul. Material: Napa. Ideal Para Escolas E Creches. Produzido Em Espuma D23, Forrado Em Napa E Com Tratamento Anti-Ácaro E Antialérgico. Fácil De higienizar	UND	200					
4	COLCHONETE PARA ATLETAS medindo 100x50	UND	150					
LOTE 03 MOBILIÁRIO INFANTIL E PEDAGÓGICO								
1	MESA PLÁSTICA, quadrada, infantil, medindo 50x50cm, material plástico, cor branca.	UND	120					
2	SIRENE ESCOLAR- Sirene rotativa para relógiosde ponto- ESCOLA- 250Bivolt	UND	20					
3	TATAME PEDAGÓGICO, INFANTIL EM EVA COM BORDÃO, superfície siliconada anti-derrapante, peça 50x50cm, espessura de 10 mm para absorção em caso de queda, 100% de memoria, kit com 10 peças.	KIT	60					
LOTE 04 – UTENSÍLIOS DE COZINHA E PREPARO								
1	BACIA DE ALUMINIO - material aluminio capacidade 36l. 0,70X15,5.	UND	50					
2	BACIAS EXTRA GRANDE 80 LITROS canelada, 66cm multibox.	UND	60					
3	BACIAS GRANDES PLÁSTICAS 20Lts.	UND	50					
4	CANECO 20X19 PARA CAFÉ ALUMINIO CRISTAL 2Lts.	UND	80					



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



5	COLHER DE PAU, madeira, 30cm.	UND	60					
6	COLHER DE PAU, madeira, 60cm.	UND	60					
7	COLHER, colher para arroz, industrial, 50cm, em aço inox.	UND	40					
8	CONJUNTO DE FACAS, conjunto de facas, em aço inox, 4 peças ultra corte.	CONJ	50					
9	ESCORREDOR DE MACARRÃO, passador de massa, 2 lt, em aço inox.	UND	70					
10	DISPENSER PORTA COPO AÇO INOX PARA COPO DESCARTÁVEL 50ml".	UND	40					
11	ESMERIL, Pedra Amolar Afiar Faca Dupla Face Profissional 200x50mm.	UND	20					
12	GARRAFA TÉRMICA, Aço inox Inquebrável com Alavanca 2,5 litros.	UND	60					
13	GARFO GRANDE, Garfo Grande Em Aço Inox Churrasco / Cozinha 33cm".	UND	60					
14	ESCORREDOR INDUSTRIAL, passador, escorredor macarrão, grande, em alumínio, nº 30.	UND	70					
15	ESCUMADEIRA, Espumadeira Escumadeira Grande Industrial nº 13, restaurante.	UND	70					
16	FORMA DE ALUMINIO, forma retangular, tamanho nº 6, com alumínio, comprimento 50cm, largura 34cm, altura 7cm.	UND	60					
17	FUNIL DE PLASTICO, multiuso, 15cm.	UND	40					



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



18	PANELA DE PRESSÃO INDUSTRIAL 20Lts EXTERNA PROFISSIONAL NIGRO.	UND	40					
19	PENEIRA DE PLASTICO DE 26cm.	UND	60					
LOTE 05 – EQUIPAMENTOS DE COZINHA INDUSTRIAL								
1	COIFA INDUSTRIAL Inox 200cm X 120cm 127/220v.	UND	35					
2	EXAUSTOR INDUSTRIAL DE 200 mm.	UND	25					
3	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 02 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	40					
4	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 04 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	45					
5	FOGÃO INDUSTRIAL, a gás, com 06 bocas, com forno, trempe em ferro fundido.	UND	45					
6	FORNO MICROONDAS, forno 20 lt, 110v.	UND	15					
LOTE 06 – REFRIGERAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS								
1	CONSERVADOR HORIZONTAL ESMALTEC ECH500 437 Litros 2 Portas Branco 127V.	UND	30					
2	FREEZER VERTICAL, Freezer Vertical 1 Porta 197L - 110V.	UND	15					
3	PURIFICADOR / REFRIGERADOR DE ÁGUA.	UND	30					
LOTE 07 – ORGANIZAÇÃO, LOGÍSTICA E APOIO								
1	CAIXA ORGANIZADORA BAIXO FLEX 20Lts	UND	120					
2	CARRINHO DE ARMAZÉM: Com capacidade 180kg, próprio para transporte de carga pesada.	UND	20					
LOTE 08 – SEGURANÇA E COMBATE A INCÊNDIO								



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



1	EXTINTOR DE ÁGUA PRESSURIZADA 10L + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40					
2	EXTINTOR 6KG ABC, 5 Anos + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40					
3	EXTINTOR CLASSE K 6 L PARA COZINHA + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40					
4	EXTINTOR GÁS CARBÔNICO (CO2) 6 KG – 5B + Placas De Sinalização, com Suporte de Parede",UND,40	UND	40					
LOTE 09 – EQUIPAMENTOS DIVERSOS E ESPECÍFICOS								
1	COLETE SALVA VIDAS CLASSE I – Cor: Laranja; Material: Poliéster; Modelo: Jaleco CL I SOLAS, fitas refletivas e apito amarrado ao colete e acondicionado em bolso próprio, além de dispositivo de iluminação conforme as normas. Flutuabilidade: 150N com redução de 5% após 24 horas em água doce. Atende pessoas adultas com mais de 1,55 m com peso entre 43 e 110 Kg e perímetro torácico até 1750mm. Tamanho: único"	UND	150					

I.E. N.:

CNPJ N.:

ENDEREÇO:

Sala de Licitações da Comissão Municipal de Contratação – CMC
Prédio da Prefeitura, situada na rua Triunfo nº 711 – N.S. de Fátima
E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com Nova Olinda do Norte/AM.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



CIDADE:

TELEFONE:

FAX:

Dados da pessoa que ficará encarregada da assinatura do contrato:

Nome _____, estado civil _____, profissão _____, número do CPF (MF) _____ e do documento de Identidade (RG) _____, domicílio _____ e cargo na empresa _____.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- I) Assumimos a responsabilidade pela qualidade e segurança dos **produtos** cotados;
- II) Estamos cientes do prazo de entrega (*detalhamento no Termo de Referência) de acordo com a necessidade e autorizações emitidas pela autoridade competente, contados do recebimento da Ordem de **fornecimento** emitida pelo Setor de Compras ou equivalente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**;
- III) Declaramos que os valores propostos, bem como aqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, são apresentados com seu preço final, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como transporte ou frete, tributos de qualquer natureza e todas as despesas decorrentes, diretas ou indiretas, relacionadas com a execução do objeto da presente licitação. Declaramos ainda que a participação na presente licitação importa em total, irrestrita e irretratável submissão aos termos deste Edital.

Local, _____ de _____ de 2025.

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !
Carimbo e Assinatura

ANEXO III MODELO DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Referência: **Pregão Presencial N° 006/2026**

A empresa:

.....,(razão social da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por
intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a)....., portador (a)
da Carteira de Identidade nº, CPF nº,
DECLARA, para fins do disposto no inciso no Artigo 63, I da Lei nº 14.133/2021, que cumpre
plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório.

.....
Local e data

.....
Representante legal

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
POR NOSSA TERRA, POR NOSSA GENTE!

ANEXO IV
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA
SITUAÇÃO DE MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A empresa, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede na, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr.(a)., portador (a) da Carteira de Identidade (RG) n.º e do CPF n.º, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., de de 202_.

.....
(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal)

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO V
DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DE CUSTOS

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM
Pregão Presencial Nº 006/2026

A empresa..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua....., nº..., Bairro..., na cidade de..., por meio de seu representante legal, Sr. , brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº..., portador da cédula de identidade nº..., residente e domiciliado na Rua..., nº..., Bairro..., na cidade de , **DECLARA**, sob as penas da lei, que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

...../AM, de....., de 2026.

.....
Assinatura do representante legal

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO VI
MODELO DECLARAÇÃO ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º
DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Referência: **Pregão Presencial N° 006/2026**

A empresa:, inscrita no CNPJ sob o N°, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a), portador da Carteira de Identidade N°..... e do CPF N°, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do Artigo 68 da Lei N° 14.133/2021, acrescido pelas Lei N.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, DOU de 28/10/1999, que não emprega menor de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. ().

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

.....
Local e data

.....
(Representante legal)

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
POR NOSSA TERRA, POR NOSSA GENTE!

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO COM ÓRGÃO PÚBLICO

Eu,, portador do RG nº....., CPF nº, declaro para os devidos fins e sob as penas da Lei, que nenhum dos sócios, diretores, administradores e afins da empresa, inscrita no CNPJ nº, tenha vínculo direta ou indiretamente com a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, que impeça de contratar com a referida entidade, nos termos do disposto no Art. 14, IV da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme segue:

“Art.14. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente: []

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;”

Declaro estar ciente de que a falsidade nas informações acima implicará nas penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299, do Código Penal, tornando nulo e sem efeito o contrato firmado com a Administração Pública, além de me obrigar a restituir aos cofres públicos todo e qualquer valor recebido indevidamente, sem prejuízo da atualização monetária até o dia da efetiva devolução.

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

.....
Local e data

.....
(Representante legal)

ANEXO VIII DECLARAÇÃO PARA INDICAÇÃO DE ENDEREÇO PRESENCIAL

A empresa..... inscrita no CNPJ sob o nº....., estabelecida na Rua....., nº..., Bairro..., na cidade de..., através do seu Representante legal Sr....., brasileiro, (estado civil), inscrito no CPF sob o nº, carteira de identidade nº, residente e domiciliado na Rua ..., nº ..., Bairro, na cidade de, **DECLARA** para os fins de direito, na qualidade de licitante do procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n.º 006/2026, que indica o seguinte endereço Presencial:**

Endereço completo: _____ (Rua....., nº..., Bairro..., cidade....., estado, CEP, Complemento e-mail)

Para recebimento de eventuais contatos necessários, inclusive notificações administrativas, imposição de penalidade e outros, declarando ainda, que se compromete com o acompanhamento diário do endereço eletrônico, providenciando a confirmação de recebimento, além de informar imediatamente a alteração do endereço indicado.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

.....
Local e data

.....
(Representante legal)

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENCIAL ASSEGURANDO QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ DECLARADA INIDÔNEA POR QUALQUER ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA OU IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR COM ESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM.

Eu, (nome completo), representante legal da empresa..... (razão social da proponente), interessada em participar do Edital do Pregão Presencial n.º **006/2026**, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada acima, não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta entidade Municipal.

....., de de 2026.

.....
(assinatura)
(nome do representante legal da empresa proponente)

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
POR NOSSA TERRA, POR NOSSA GENTE!

ANEXO X
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE
FATOS SUPERVINIENTES IMPEDITIVOS À HABILITAÇÃO

Eu, (nome completo), representante legal da empresa..... (razão social da proponente), interessada em participar do Edital do Pregão Presencial n.º **006/2026**, promovido pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, declaro, sob as penas da Lei que, a empresa mencionada acima, não está declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública ou impedida de licitar e contratar com esta entidade Municipal.

....., de de 2026.

.....

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO XI
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
(Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021)
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº .../2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº, com sede na Rua, n.º-, Estado do Amazonas, CEP:, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob o nº, residente e domiciliado na, n.º, Centro, (AM), de ora em diante denominado simplesmente de parte **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede, bairro, cidade, UF, CEP, telefone, e-mail neste ato representada pelo(a) Sr.(a), inscrito(a) no CPF sob o nº, de ora em diante denominada de parte **CONTRATADA**, firmam a presente contratação consoante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto do presente, o registro de preço, pela **CONTRATADA**, a, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UND (Medida)	QUANT. ANUAL	VALOR (Unitário R\$)	VALOR (Global R\$)
1		UND			R\$ -
2		UND			R\$ -
3		UND			R\$ -

1.2 Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital da

licitação na modalidade **Pregão Presencial para Registro de Preços nº x x /2026**, bem como da proposta apresentada pela **CONTRATADA** julgada vencedora do certame.

Cláusula Segunda - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:

2.1 O prazo de entrega dos itens será parceladamente, porém imediatamente (*detalhamento no Termo de Referência), conforme os pedidos das demandas efetuados pelo Setor de Compras e/ou equivalente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**.

2.2 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas prevista neste Termo de Referência.

2.3 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Cláusula Terceira – DO VALOR:

3.1 O **CONTRATANTE** pagará em contraprestação aos itens fornecidos pela **CONTRATADA** os valores unitários descritos na cláusula primeira, tendo como valor limite o **somatório de R\$** (escrito por extenso).

3.2 No preço previsto no item 3.1 estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas incidentes sobre o fornecimento, englobando todos os impostos, frete, despesas de deslocamento, estadia e alimentação de pessoal caso necessário, bem como qualquer encargo incidente não mencionado neste contrato.

3.3 Não será admitido qualquer reajustamento injustificado de preço.

3.4 A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

Cláusula Quarta – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 As despesas com a presente contratação correrão à conta das seguintes rubricas orçamentárias:

FICHA/DOTAÇÃO:

Órgão/unid.orç./unid.exec./função/subfunção/programa/ação/clas.econ./fonte 00 00
00 00 000 0000 000 00000000 00

Cláusula Quinta - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.1 O pagamento será efetuado mensalmente (*detalhamento no Termo de Referência)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela **CONTRATADA**, no prazo máximo de até 10 (dez) dias contados da apresentação dos documentos de cobrança, e na exata quantidade dos itens fornecidos, desde que tenha sido atestada a conformidade da sua execução às exigências.

5.2 É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste instrumento, incluindo a vedação à cobrança antecipada, emissão de boleto bancário ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

5.3 Para efeito de pagamento, o **CONTRATANTE** procederá às retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

5.4 O **CONTRATANTE** deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, sendo que todo e qualquer desconto será precedido de processo administrativo possibilitando o contraditório e a ampla defesa.

5.5 É vedado à **CONTRATADA** transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

5.6 Será dispensada a atualização financeira, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que o atraso no pagamento não seja superior a trinta dias.

5.7 Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente para que esta adote as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem lhe deu causa.

Cláusula Sexta - DO REAJUSTE E DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS:

6.1 O presente pacto vigorará pelo período de 12 (doze) meses a contar da data da ordem de fornecimento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, até completar o limite máximo legal permitido na legislação de regência.

Parágrafo único. Caso houver prorrogação, poderá ser aplicado o índice do IPCA anual para reajuste ou por outro índice que vier a substituí-lo.

Cláusula Sétima – POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO:

7.1 O **CONTRATANTE** poderá modificar unilateralmente o presente contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos civis da **CONTRATADA**.

7.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos da Lei Federal nº

Cláusula Oitava – PRERROGATIVAS DO ENTE CONTRATANTE:

8.1 O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

- I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- III - fiscalizar sua execução;
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;
- V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

- a) risco à prestação de serviços essenciais;
- b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.

8.2 No período de validade do Registro de Preços, fica facultado ao **CONTRATANTE** contratar ou não a execução do serviço.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1 São obrigações do **CONTRATANTE**:

- a) Efetuar o pagamento no tempo, lugar e forma estabelecidos no presente Contrato.
- b) Proporcionar todas as facilidades que lhe couber, para que a contratação seja executada na forma estabelecida.

- c) Notificar à **CONTRATADA**, imediatamente e por escrito, quaisquer irregularidades encontradas no fornecimento.
- d) Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.
- e) Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do serviço prestado, bem como atestar os documentos fiscais referentes a execução.

9.2 Constituem obrigações da parte **CONTRATADA**:

- a) Durante o prazo de vigência, a **CONTRATADA** fica obrigada a fornecer os itens que lhe foram adjudicados, nas quantidades solicitadas pelo **CONTRATANTE** em cada Nota de Empenho e na forma aqui ajustada;
- b) Reparar, corrigir, remover, e/ou reconstruir, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, às suas expensas e sem custos adicionais ao **CONTRATANTE**.
- c) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de correntes da execução do presente contrato;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Cumprir todos os itens e obrigações previstos em edital, independente de transcrição.
- g) Notificar o **CONTRATANTE**, por escrito, de todas as ocorrências, fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar ou embaraçar o perfeito desempenho contratual;
- h) Observar rigorosamente as normas que regulamentam o exercício de suas atividades, cabendo-lhe inteiramente a responsabilidade por eventuais transgressões.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



i) A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao patrimônio público ou a terceiros que sejam decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento, sendo que tal responsabilidade não é excluída ou reduzida pelo exercício da fiscalização da Comissão.

Cláusula Décima - DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

10.1 O **CONTRATANTE**, através de responsável indicado, procederá a fiscalização da execução contratual, podendo este solicitar à **CONTRATADA**, sempre que entender conveniente, informações pertinentes e complementares ao exercício da fiscalização, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados.

10.2 A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da total responsabilidade em executar o estabelecido neste contrato.

Cláusula Décima Primeira - DAS PENALIDADES:

11.1 O **CONTRATANTE**, no uso das prerrogativas que lhe confere a Lei de Licitações, aplicará sanções à **CONTRATADA** nas seguintes situações:

- a) Executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- b) Executar o contrato com atraso injustificado, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- c) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 3 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

11.2 Além das penalidades mencionadas acima, ficam ressalvadas as previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



11.3 As multas são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, e serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato, podendo ser descontadas até os limites do valor apurado quando do pagamento de valores devidos à **CONTRATADA**, ou cobradas administrativamente e/ou judicialmente, também podendo ser descontadas por meio de retenção de créditos decorrentes do contrato.

11.4 O desconto de qualquer valor no pagamento devido à **CONTRATADA**, pelo **CONTRANTE**, será precedido de processo administrativo em que serão garantidos à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes

11.5 Todas as penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da parte **CONTRATADA** junto ao setor de licitações do ente **CONTRATANTE**.

Cláusula Décima Segunda - DA RESCISÃO ANTECIPADA:

12.1 O presente Contrato poderá ser rescindido independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei 14.133/21, acrescido dos seguintes:

I - Recusa injustificada no fornecimento dos itens registrados; atraso injustificado no fornecimento; reincidência em imperfeição já notificada pelo **CONTRATANTE**;

II - entrega em desacordo com o contratado;

III - atraso no atendimento às impugnações do **CONTRATANTE**; bem como, quaisquer das situações previstas no edital e seus anexos.

IV - Mediante acordo expresso, e firmado pelas partes, após um aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência de 60 (sessenta) dias pelo interessado.

V - Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, em qualquer tempo, independente de interposição ou procedimento judicial ou extrajudicial, caso a **CONTRATADA**:

a) ceda ou transfira, no todo ou em parte, o objeto deste contrato ou delegue a outrem as incumbências as obrigações nele consignadas, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**, salvo o previsto no objeto deste contrato.

b) venha a agir com dolo, culpa simulação ou em fraude no fornecimento dos itens contratados.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



c) Quando pela reiteração de impugnação do fornecimento ficar evidenciada a incapacidade da empresa para dar execução satisfatória ao contrato.

12.2 venha a falir, entrar em concordata, liquidação ou dissolução. A parte que der causa à rescisão do contrato por dolo ou culpa, ficará obrigada a indenizar a outra, no correspondente a 10% (dez por cento), garantida a defesa prévia.

Cláusula Décima Terceira - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

13.1 A presente Ata de Registro de Preços está vinculado ao procedimento licitatório **Pregão Presencial n.º XXX/2026** e reger-se-á pela Lei nº 14.133/2023 e suas alterações posteriores, os quais, juntamente com as normas de Direito Público, resolverão os casos omissos.

13.2 Integram e completam o presente termo contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital da licitação mencionada no item acima, juntamente com seus anexos e a proposta vencedora do certame.

Cláusula Décima Quarta – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

14.1 O presente Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da publicação.

Cláusula Décima Quinta - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ELEIÇÃO DO FORO:

15.1 A eventual troca de documentos e cartas entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverá ser feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

15.2 As partes elegem o foro da Comarca de Nova Olinda do Norte/AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Nova Olinda do Norte (AM), de..... 2026.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



PARTES CONTRATANTES:

Ass:

.....

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM

Prefeito Municipal

Ass:

.....

EMPRESA CONTRATADA

Responsável legal

TESTEMUNHAS

1ª _____

2ª _____



P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
P O R N O S S A T E R R A , P O R N O S S A G E N T E !

ANEXO XII
MINUTA - TERMO DE CONTRATO Nº XX/2026

PROCESSO nº XX/2026

TERMO DE CONTRATO Nº XX/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM**, E A EMPRESA XXX, NA QUALIDADE DE CONTRATADA, PARA O FIM EXPRESSO NAS CLÁUSULAS QUE O INTEGRAM.

Aos XXX dias do mês de XXX do ano de dois mil e vinte e quatro (XX/XX/2026), nesta cidade de Nova Olinda do Norte/AM, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, situada à Rua Triunfo, 711 – Nossa Senhora de Fátima – CEP: 69230-000 – Nova Olinda do Norte – Amazonas – licitapregao.non@gmail.com, presentes, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM, CNPJ nº 04.477.600/0001-04, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representa a Prefeitura o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Nova Olinda do Norte XXXXXXXX, XXXXXXX, XXXXXXX, residente e domiciliado nesta cidade, RG XXX - XXXX/AM, CPF XXX, e de outro lado a empresa XXX, com sede na Cidade de XX/XX, endereço, CEP XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXX, neste ato representado XXX, pactuam o presente ajuste, oriundo do Pregão Presencial nº XX/XXXX, conforme Processo nº XXX/2026-PMNON, doravante referido apenas por **PROCESSO**, sujeitando-se o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, na presença das testemunhas adiante nominadas, que se regerá pelas normas da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações, e demais legislações complementares e/ou ulteriores acerca da espécie mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UND (Medida)	QUANTIDADE ANUAL	VALOR (Unitário R\$)	VALOR (Global R\$)
1		UND			R\$
2		UND			R\$
3		UND			R\$
4		UND			R\$

...

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura deste instrumento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

“Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.”

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.4 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Em regra, não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. Excepcionalmente, em eventual hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.)



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em xx/xx/2026.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE/AM** para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (*Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do

contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (*Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências).

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



“b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa, nos termos, limites e forma legal.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE
CNPJ: 04.477.600/0001-04
COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC



readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do município de Nova Olinda do Norte/AM, na dotação abaixo discriminada:

13.1.1. Gestão/Unidade:

13.1.2. Fonte de Recursos:

13.1.3. Programa de Trabalho:

13.1.4. Elemento de Despesa:

13.1.5. Plano Interno:

13.1.6. Nota de Empenho:

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Amazonas- (<https://www.diariomunicipal.com.br/aam>), Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Nova Olinda do Norte/AM, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiado que seja para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos da execução deste contrato.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

P R E F E I T U R A M U N I C I P A L D E
NOVA OLINDA DO NORTE
POR NOSSA TERRA, POR NOSSA GENTE!

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2026

RAZÃO SOCIAL: _____

NOME FANTASIA: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

E-MAIL: _____

TELEFONE: () _____

NOME P/ CONTATO: _____

Recebemos, nesta data, cópia do instrumento convocatório (Edital) da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura

CPF

***Nota importante:**

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre a **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC** e a licitante, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao E-mail: licitapregao.pmnon@gmail.com ou pessoalmente na **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA DO NORTE – Setor de Licitações**.

A não remessa do recibo exige a **COMISSÃO MUNICIPAL DE CONTRATAÇÃO – CMC** da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.